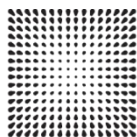


CARTA SOCIAL CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA 2022



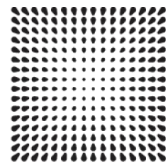
S. João da Madeira
Câmara Municipal

FICHA TÉCNICA

Título

Carta Social do Concelho de S. João da Madeira
2022

Entidade Promotora:



S. João da Madeira
Câmara Municipal

Desenvolvido por

MAGNA ●
CONSULTORES

info@magna.com.pt
www.magna.com.pt

Coordenação:

Helder Sampaio

Redação:

Maria Inês Coelho
Elvira Lopes

agosto, 2022

Índice

Índice de Figuras	iii
Índice de Tabelas.....	iii
Lista de siglas.....	iv
I. Introdução	1
1. Carta Social	3
1.1. Objetivos, Linhas Orientadoras e Eixos de intervenção na área da Proteção Social e da Inclusão Social.....	3
1.2. Notas metodológicas.....	7
2. Breve Caracterização do Concelho de São João da Madeira	9
2.1. Demografia e dinâmicas populacionais.....	10
2.2. Educação e Sistema Escolar.....	10
2.3. Equipamentos, Serviços e Respostas Sociais.....	11
3. Rede de Serviços e Equipamentos Sociais	13
4. Respostas Sociais para a População Infantil e Juvenil	16
4.1. Creche, Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e Centros de Atividades de Tempos Livres.....	16
4.2. Outros serviços/respostas sociais para crianças e jovens.....	23
4.3. Respostas para crianças e jovens em situação de perigo.....	24
5. Respostas Sociais para a População Adulta	26
5.1. Pessoas idosas.....	26
5.2. Pessoas com deficiência.....	34
6. Respostas Sociais para a Família e Comunidade	37
6.1. Família e Comunidade em geral.....	38
6.2. Pessoas vítimas de violência doméstica.....	44
6.3. Pessoas com comportamentos aditivos e Doentes HIV+	45
7. Respostas Sociais para a Saúde Mental	47
7.1. Pessoas com Doença de Foro Mental e Psiquiátrico.....	47
8. Desenvolvimento Social Local	49
8.1. Projetos de Desenvolvimento Comunitário	49
9. Avaliação da Perceção sobre os Equipamentos Sociais	52
9.1. Respostas Sociais para a Infância e Juventude.....	52
9.2. Respostas Sociais para a População Adulta	57
9.3. Respostas Sociais para a Família e Comunidade.....	63
9.4. Respostas Sociais para a Saúde Mental.....	66

10. Principais Desafios e Recomendações de Atuação	69
10.1. Principais necessidades sociais encontradas e metas a desenvolver	69
10.2. Desafios e Constrangimentos	74
10.3. Relação com o Meio e Rede Social.....	78
II. Notas Finais	81
III. Glossário	85
IV. Referências Bibliográficas	87
V. Anexos	89

Índice de Figuras

Figura 1 – Localização do Concelho de São João da Madeira na Área Metropolitana do Porto.....	9
Figura 2 – Potencialidades e Fragilidades na avaliação da perceção de respostas dos equipamentos sociais.....	68
Figura 3 – Potencialidades e Fragilidades dos equipamentos sociais na avaliação da perceção das necessidades sociais encontradas.....	82
Figura 3 – Potencialidades e Fragilidades dos equipamentos sociais na avaliação da perceção das necessidades sociais encontradas (cont.).....	83
Figura 4– Potencialidades e Fragilidades dos equipamentos sociais na avaliação da perceção da relação com o meio e da rede solidária	84

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Rede dos principais serviços e equipamentos sociais (auscultadas) no concelho de São João da Madeira (2021).....	15
Tabela 2 – Equipamentos para a infância e juventude no concelho de São João da Madeira (creche) (2021).....	18
Tabela 3 - Equipamentos para a infância e juventude no concelho de São João da Madeira (educação pré-escolar) (2021).....	20
Tabela 4 – Equipamentos para a infância e juventude no concelho de São João da Madeira (CATL) (2021).....	22
Tabela 5 – Equipamentos para crianças e jovens em situação de perigo no concelho de São João da Madeira (CATL) (2021).....	25
Tabela 6– Equipamentos /Respostas sociais para a população idosa de São João da Madeira (total) (2021).....	27
Tabela 7 – Equipamentos/Respostas sociais para a população com deficiência de São João da Madeira (total) (2021).....	35
Tabela 8– Equipamentos /Respostas sociais para a família e comunidade no concelho de São João da Madeira (total) (2021).....	41
Tabela 9 – Equipamentos e serviços disponíveis/Respostas sociais na prevenção e combate à violência no concelho de São João da Madeira (total) (2021).....	45
Tabela 10 – Equipamentos/Respostas Sociais para pessoas com comportamentos aditivos e doentes HIV+ no São João da Madeira (total) (2021).....	46
Tabela 11 – Equipamentos/Respostas Sociais para as pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico no concelho de São João da Madeira (creche) (2021).....	48

Lista de siglas

ACAIS – Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses

ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal

AMU – Associação «Ações para um Mundo Unido»

BLV – Banco Local de Voluntariado de S. João da Madeira

CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

ERPI – Estruturas Residenciais para Idosos

FEAC – Fundo Europeu de Apoio a Carenciados

GAV – Gabinete de Apoio à Vítima

IEFP, I.P. – Instituto de Emprego e de Formação Profissional, Instituto Público

IPSS's – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS, IP – Instituto da Segurança Social, Instituto Público

PCAAC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PIT – Plano Individual de Transição

PMIND – Plano Municipal para a Igualdade de Género e Não Discriminação

POAOMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

PSP – Polícia de Segurança Pública

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

I. Introdução

Reconhecendo o papel indispensável que a ação social desempenha atualmente na sociedade, face à crescente procura de diferentes respostas sociais de apoio a prestar a indivíduos e (respetivos) agregados familiares – em especial aqueles que são económica ou socialmente mais vulneráveis –, a elaboração e a atualização da Carta Social do Município de São João da Madeira emergem como ferramentas muito importantes de auxílio à implementação de uma política mais sustentada nesta matéria.

Atento a este quadro de exigência em matéria de desenvolvimento social concelhio, o Município de São João da Madeira, procura, assim, através desta Carta, **sistematizar**, por um lado, a **realidade atual do território em matéria de equipamentos/estruturas que, lidando diretamente com um conjunto de problemáticas sociais**, dão respostas diversificadas e especializadas a distintas franjas populacionais e, por outro, deter uma base de trabalho o mais aproximada da realidade, até por referência a todo o trabalho efetuado ao longo do tempo, de modo a introduzir melhorias na própria rede de respostas sociais existente e, nesse sentido, **contribuir para uma melhor prestação de serviços à população de São João da Madeira, e em especial às crescentes carências encontradas**.

Ao mesmo tempo, serve o presente documento, organizado em dez capítulos, como um instrumento capaz de ajudar a repensar o perfil de respostas atualmente em vigor e a equacionar, porventura, a criação de novas respostas, de modo a responder ajustadamente às várias necessidades territoriais.

O primeiro capítulo define, portanto, as principais coordenadas subjacentes ao enfoque da Carta Social, destacando a importância de se conhecer mais em concreto aqueles que são os seus principais objetivos e linhas orientadoras, com recurso à explicitação dos grandes eixos de intervenção na área da Proteção Social e da Inclusão Social, e define sucintamente o quadro metodológico de referência (assente numa lógica participativa) para a sua elaboração.

O segundo capítulo, por sua vez, restitui uma breve caracterização da realidade do concelho de São João da Madeira nas suas várias vertentes, com base em diagnósticos de cariz social entretanto realizados, numa lógica de melhor compreender e identificar os problemas prioritários e, por consequência, ajustar os recursos e as potencialidades locais. Por isso mesmo, e de forma sistematizada, o terceiro capítulo dá conta das principais

instituições integradas na rede solidária, identificando-se a sua natureza jurídica, as várias respostas sociais disponibilizadas e os grupos-alvo de atuação.

Capitalizando a informação recolhida junto das várias instituições locais dirigidas a determinados grupos-alvo – “Crianças e Jovens”, “Crianças e Jovens em Situação de Perigo”, “População Idosa”, “População com Deficiência”, “Família e comunidade em geral”, “Pessoas Vítimas de Violência Doméstica”, “Pessoas com Comportamentos Aditivos e Doentes HIV+” e “Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico” –, os quatro capítulos seguintes, para lá de revelarem a capacidade de resposta dessas mesmas estruturas, definindo especificamente o cariz de cada uma das respostas sociais, dão-nos já algumas pistas sobre os desafios sociais encontrados por cada uma delas.

Paralelamente, e interessado em introduzir uma vertente mais participativa na elaboração do retrato da rede atual das respostas sociais do concelho e da cobertura das necessidades do território, tendo em linha de conta as várias áreas de atuação, o Município de São João da Madeira mostrou-se sensível, a partir da auscultação de várias entidades sociais locais, em atender às perceções do seu dia a dia de trabalho e, em paralelo, àqueles que são os principais constrangimentos/desafios com que se têm vindo a deparar. De facto, esta discussão de teor construtivo, vertida nos capítulos oito e dez, surge em torno da necessidade de todas estas respostas serem adequadamente dimensionadas e distribuídas e responderem com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes.

Por outro lado, a experiência adquirida no decurso do tempo, pelas diversas instituições que participam na Rede Social de São João da Madeira, para além da subsidiariedade na intervenção local, devem ser equacionados em prol de um planeamento mais participado e concertado no apoio e combate à pobreza e exclusão social. Daí ser igualmente significativo ter presente as dinâmicas de cooperação inter-organizacional existentes na criação de projetos de intervenção/desenvolvimento social e/ou comunitário – explicitados, neste caso, no capítulo nove.

Por último, expõem-se no documento em apreço as considerações finais, em tom de reflexão face ao documento de diagnóstico elaborado, destacando-se as principais notas de cada subponto do documento.

1. Carta Social

1.1. Objetivos, Linhas Orientadoras e Eixos de intervenção na área da Proteção Social e da Inclusão Social

Concebida como um **instrumento de extrema flexibilidade**, de uso potencial diversificado e útil nos processos de preparação das tomadas de decisão local, a Carta Social visa, acima de tudo, disponibilizar informação, o mais detalhada possível, sobre as dinâmicas sociais presentes nos vários territórios do país, bem como o grau de disponibilidade dos seus serviços sociais, tendo presente o princípio de facilidade de acesso a essa informação por parte dos cidadãos (Ré et al., 2000).

Com efeito, e procurando atualizar os dados que há uma década atrás tinham sido coligidos, o Município de São João da Madeira, no âmbito da implementação do Plano de Desenvolvimento Social (2022-2025), entendeu **dar conhecimento da oferta de instalações, equipamentos e serviços na área social**, como meio de garantir não só, entre as instituições particulares de solidariedade social de âmbito concelhio e os serviços municipais, uma gestão mais eficiente e racional dos recursos públicos disponíveis, como também aceder a uma correta determinação do volume do esforço e da avaliação prioritária da intervenção social (Cordeiro & Santos, 2013; Ré et al., 2000). É bom não esquecer que **só através de uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída se pode responder àqueles que constituem os pressupostos orientadores estratégicos de intervenção** neste domínio, designadamente:

- A elevação dos níveis de resposta da rede de serviços e equipamentos sociais;
- A qualificação das respostas sociais;
- A melhoria da distribuição e da capacidade de cobertura da rede de serviços e equipamentos sociais.¹

Por outro lado, importa sublinhar que, com a criação da **Rede Social de São João da Madeira** – estrutura de governança local que integra as organizações de vários setores, públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar, agregando Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), sendo uma das suas competências assegurar o planeamento integrado e sistemático do

¹ (GEP, 2020 ; Idañez & Ander-Egg, 1999 ; Martins et al., 2000).

desenvolvimento social do concelho –, a **Carta Social veio a assumir-se também como um instrumento de planeamento com uma componente prospetiva** direcionada para a programação da rede de serviços e equipamentos sociais. Por esse motivo, torna-se fundamental apreender algumas das pistas decorrentes da caracterização do território por parte das instituições, no sentido de se proceder à análise/diagnóstico evolutivos sobre as tendências em curso e futuras.

Todo o esforço de parceria resultante da génese de constituição da Rede Social no concelho e do seu trabalho institucionalizado desenvolvido (formal ou informalmente) nos últimos anos, em torno da consensualização dos objetivos e da concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais, tem-se traduzido na procura sistemática de abarcar a multidimensionalidade dos problemas sociais mais prementes em matéria de atuação, contribuindo-se, à luz das possibilidades existentes, para a sua diminuição.

Tendo em conta a situação do concelho, foram identificadas, aliás, a partir de um trabalho participado com membros do Conselho Local de Ação Social (CLAS), durante o ano de 2021, algumas áreas tidas como prioritárias na operacionalização do referido Plano de Desenvolvimento Social, incidindo precisamente (1) nos Equipamentos, Serviços e Respostas Sociais, (2) na Proteção Social, (3) na Saúde e (4) no Associativismo Cultural, Desportivo e Recreativo.

Agrupando os problemas, priorizando-os e delineando soluções para os mesmos, os eixos de intervenção eleitos para a sua operacionalização foram os seguintes, a saber:

- Eixo Temático I – População Ativa e Emprego;
- Eixo Temático II – Educação, Formação e Qualificação Profissional;
- Eixo Temático III – Equipamentos, Serviços e Respostas Sociais;
- Eixo Temático IV – Proteção Social;
- Eixo Temático V – Saúde.

Em defesa de uma estratégia de intervenção com um carácter de maior integração possível, o Município de São João da Madeira, por via da apresentação da Carta Social Municipal, diretamente vinculada aos eixos III e IV, acaba por colher dos benefícios de algumas das reflexões presentes no respetivo diagnóstico, graças à possibilidade de poder obter uma caracterização dos mecanismos de ação social de combate à pobreza e

à exclusão social, mas também uma identificação da verdadeira dimensão das carências e problemáticas territorialmente encontradas. A par deste inventário, a definição das linhas orientadoras do desenvolvimento local e das prioridades de intervenção devem-se fundamentar, como é sabido, em quatro princípios-base, que o conjunto de organizações sociais envolvidas assume respeitar. Falamos dos princípios de:

- Salvaguarda da **igualdade** de oportunidades no acesso aos serviços e equipamentos sociais;
- Garantia da **proximidade** dos utentes a estes equipamentos;
- Foco na **maximização racional** dos resultados e a diminuição da dispersão de recursos financeiros, materiais e humanos;
- Contributo para a **estruturação do território**.²

Para se atingir tais propósitos e dar passos efetivos no que toca à proteção e inclusão social no município, há que se certificar que as pessoas em maior situação de risco de pobreza (absoluta, relativa e subjetiva) e socialmente mais vulneráveis (Bruto da Costa et al., 2008; Samagaio, 2017) do concelho de São João da Madeira – desde logo a população idosa, a população infantil e juvenil em situação de vulnerabilização ou de risco, a população com deficiência e outros grupos sociais mais marginalizados socialmente –, tenham acesso aos recursos necessários que lhes permitam participar em pleno na vida económica, social e cultural local e, assim, possam deter um nível de vida e bem-estar mais satisfatórios.

Por isso, torna-se clara a necessidade de aposta de um acompanhamento mais alargado do Estado (central e local) na prestação de serviços públicos de apoio (familiar, jurídico, psicossocial, etc.) em cooperação com os vários atores institucionais (públicos e privados) de base de comunitária.

É hoje unanimemente assumida, pelos principais intervenientes e agentes envolvidos na área social municipal, a prioridade de ação, em termos de instrumentos políticos de base³, em vários domínios que atendam:

² (Cordeiro & Santos, 2013; GEP, 2020; Idañez & Ander-Egg, 1999; Martins et al., 2000; Ré et al., 2000).

³ Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social – Portugal.

- i) à importância da influência da socialização familiar, da educação e formação no combate a todo o tipo de discriminação e violência (nos domínios privado e público);
- ii) ao combate de fenómenos de pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;
- iii) à correção das desvantagens nos níveis de qualificações como meio de prevenir a exclusão e interromper os ciclos de pobreza e de exclusão social;
- iv) ao maior estreitamento entre as políticas familiares e de trabalho de modo a facilitar a articulação entre a esfera familiar e a do trabalho e assegurar a visão de paridade entre os envolvidos, inclusive a nível (institucional) comunitário;
- v) à promoção de condições favoráveis à igualdade de oportunidades e de tratamento das pessoas com deficiência e dos imigrantes e/ou refugiados, com vista à atenuação e à eliminação de elementos de segregação e discriminação social;
- vi) à qualidade dos serviços e equipamentos culturais, desportivos e recreativos locais numa perspetiva de garantia de acesso e participação igualitária e de promoção do consumo e maior integração ocupacional dos grupos intervencionados;
- vii) e aos efeitos do envelhecimento e da doença mental na saúde e na qualidade de vida das populações locais e à sua incorporação na planificação, na atribuição de recursos e na prestação de cuidados médicos gerais e de saúde.

É, pois, **primordial garantir que, através de uma rede de equipamentos sociais realmente aberta e alargada, se possa desenvolver um trabalho de proximidade na prestação de cuidados na infância, juventude, velhice e doença**, de modo a **garantir às várias franjas da população um melhor acesso aos direitos fundamentais de dignidade humana.**

1.2. Notas metodológicas

Neste ponto, acrescenta-se que, para a concretização da Carta Social obedeceu-se, obviamente, a uma metodologia específica que integrou um conjunto articulado de etapas que passamos a explicitar.

A **primeira fase** passou pela **discussão do modelo a adotar** e pela **recolha** de dois tipos de **informação**: uma relativa à própria rede de serviços e equipamentos, tendo sido **solicitado às várias instituições do território o preenchimento de grelhas com informação (o mais atualizada possível) sobre os seus vários campos de atuação**; e uma outra mais centrada nas perceções sobre os papéis das instituições e nos elementos necessários para uma intervenção mais eficaz na região.

De teor quantitativo, importa esclarecer que o preenchimento de grelhas mostrou-se indispensável na preparação e organização de dados (à data de 31 de dezembro de 2021), no sentido de se sistematizar por área de intervenção, valências e grupos-alvo, as principais entidades gestoras, os equipamentos sociais e as respostas sociais, especificando-se aspetos relacionados com 1) a população utente e em lista de espera, 2) os regimes de cooperação realizados (quando aplicáveis) e, sempre que possível, 3) o grau de ocupação destas estruturas. A ideia passou por obter um retrato relativamente alargado sobre a composição deste tipo de estruturas e colher eventuais mudanças ou atualizações no tipo de prestação de serviços e no perfil de respostas prestados.

No entanto, entendeu-se ser importante compreender também outras dinâmicas associadas ao setor social, atendendo-se a uma vertente mais participativa e colaborativa por parte do tecido institucional local. De facto, a realização de entrevistas (semi-diretivas) a certas entidades da rede concelhia⁴ foi entendida como uma segunda etapa complementar de trabalho de forma a, durante este processo de recolha, e sempre que viável, proceder a uma análise o mais aproximada possível da realidade vivida pelos corpos técnicos e/ou responsáveis dos equipamentos locais.

No guião de entrevista proposto houve, na verdade, o cuidado de cobrir determinadas dimensões, sendo de destacar: 1) a história institucional; 2) a caracterização do equipamento social; 3) a caracterização do perfil dos utentes do equipamento social;

⁴ Todas elas pertencentes à Rede Social do Concelho de São João da Madeira: a ACAIS – Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses; a AMU – Associação Mundo Unido; a Associação de Apoio à Educação; a Associação de Jovens «Ecos Urbanos»; a Associação de Professores Terras de Santa Maria; a Associação «É Bom Viver»; o ATL «Gente Miúda»; o Centro Humanitário da Cruz Vermelha Portuguesa; a CERCI – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas; a Creche Albino Dias Fontes Garcia; a MenteMovimento – Associação Pró-saúde Mental; a Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira e a Universidade Sénior de São João da Madeira.

4) as ações desenvolvidas e principais necessidades; 5) os principais desafios e constrangimentos e, ainda, 6) a relação com o meio.

Estruturadas em torno destes núcleos temáticos, até como forma de conhecer um pouco melhor, entre outras dimensões, a própria rede de equipamentos, a significância do voluntariado no concelho, o financiamento e sustentabilidade das organizações, as características dos utentes e as dinâmicas de envolvimento e participação dos utentes nas respostas e serviços sociais, as treze entrevistas realizadas proporcionaram a recolha de informação muito relevante, permitindo perceber de que modo, de um lado, se configuraram as ações de trabalho destas instituições – embora sempre cientes das várias limitações a que a própria rede, por força da subsidiariedade na intervenção local, está sujeita – e, em simultâneo, o lugar que ocupam no território e os principais desafios encontrados em matéria de necessidades.

Esta segunda fase esteve, na realidade, assente na análise dos depoimentos prestados⁵, etapa que permitiu reunir neste documento final, de um lado, elementos com algum interesse para se desenhar critérios de futura programação e se definir ações estruturantes a realizar na área da ação social, e, introduzir, por outro lado, leituras adicionais sobre o modo como esta rede local pode dar respostas operativas para as necessidades sociais e demográficas emergentes. Salienta-se, ainda, que a informação coligida deu origem a breves Análises SWOTs⁶ que, mais adiante, apresentaremos.

⁵ A análise do conteúdo das entrevistas realizadas durante o mês de junho de 2022 revelou ser um momento de trabalho da maior importância, de forma a se poder comparar, refletir e aprofundar os resultados observados de acordo com as grelhas analíticas adotadas.

⁶ Permitindo, com base na recolha das perceções, identificar pontos fortes/oportunidades e pontos fracos/fragilidades.

2. Breve Caracterização do Concelho de São João da Madeira

Em linha com o quadro estratégico de intervenção do desenvolvimento social concelhio assumido no Plano de Desenvolvimento Social (2022-2025) do Município, cuja operacionalização teve por base o conhecimento da realidade social por via da informação recolhida ao longo do ano de 2021⁷, neste ponto, pretende-se, de forma sucinta, **dar conta das principais mudanças pelas quais o concelho de São João da Madeira tem atravessado.**

Abrangendo uma área de 8 km² e sendo um dos cinco municípios do país constituídos por uma única freguesia, denominada de São João da Madeira, em termos de ordenamento do território, esta reparte-se por um total de 21 lugares, especificamente: Casaldelo, Corgas, Carquejido, Espadanal, Fundo de Vila, Fundões, Fontainhas, Laranjeiras, Mourisca, Orreiro, Parrinho, Pedação, Ponte, Praça, Quintã, Ribeiros, Tapado, Travessas, Vale, Vista Alegre e Volta.

O concelho de S. João da Madeira integra a Área Metropolitana do Porto, como um dos 17 municípios que a constituem.



Figura 1 – Localização do Concelho de São João da Madeira na Área Metropolitana do Porto

Fonte: AMP

⁷ Tendo sido identificado um conjunto de tendências importantes em matéria de emprego, desemprego e mercado de trabalho; educação, formação e qualificação profissional; equipamentos, serviços e respostas sociais; proteção social e saúde.

Esta breve caracterização⁸ decorre da necessidade de melhor se entender como os efeitos sociais das recomposições da atividade económica local e das transformações sentidas na educação, ou até mesmo das mutações verificadas na família e nas modalidades de estruturação das relações de base comunitária, têm vindo a provocar, inevitavelmente, vários desafios, na atualidade e a longo prazo, em termos de eficácia de resposta por parte da rede de equipamentos sociais em vigor.

2.1. Demografia e dinâmicas populacionais

De facto, a população do **Município de São João da Madeira** tem vivenciado, ao longo das últimas décadas, **mudanças sociodemográficas significativas**, não obstante denotar algum **dinamismo e atratividade face ao contexto nacional**. Entre as principais alterações verificadas, destacam-se tanto as recomposições vividas e observadas nas estruturas familiares, em especial o acréscimo das famílias monoparentais e o aumento importante da população idosa, assim como a emergência de novos fluxos migratórios, traduzida na expressividade da população migrante no concelho.

Os grupos aqui considerados – idosos, núcleos familiares monoparentais e migrantes, refugiados e requerentes de asilo – deverão ser olhados, assim, com particular atenção por parte das políticas públicas locais, procurando-se minimizar os aspetos de desigualdade que possam vivenciar e a maior vulnerabilidade social a que possam estar eventualmente sujeitos, numa perspetiva de combate e atenuação dos fenómenos de pobreza e de marginalidade locais, mas também de promoção do envolvimento comunitário, através do estabelecimento de parcerias com entidades sociais do território de forma a se garantir a obtenção de um mínimo de dignidade humana e o acesso, em alguns dos casos, a um primeiro patamar de reinserção social.

2.2. Educação e Sistema Escolar

Atendendo à informação relativa ao sistema de ensino do município, ficou igualmente clara a **importância do aumento do acesso à instrução por parte da população estudantil e a tendência de alargamento da escolaridade obrigatória**, com reflexos na expansão marcante e continuada dos níveis de instrução da população juvenil

⁸ A análise aqui desenvolvida recupera, em termos gerais, os resultados obtidos a partir dos diagnósticos elaborados no âmbito do PDS e do PMIND do Município de São João da Madeira durante o ano de 2021 e (parte) do ano de 2022.

no concelho. No entanto, e apesar deste quadro ser relativamente favorável, se nos focarmos nos dados relativos aos fenómenos de retenção e/ou abandono presentes no sistema de ensino local, verificou-se a necessidade de se **continuar a atuar na prevenção da saída precoce e antecipada das gerações mais jovens** em direção ao mundo do trabalho (designadamente, aquelas que frequentavam o 12º ano). Neste ponto, e tendo em conta um aperfeiçoamento da rede escolar, será importante o desenvolvimento de estratégias relativamente eficazes de combate ao insucesso e desistência escolares por via da capacitação dos alunos para sua valorização pessoal e profissional e da crescente conversão das famílias aos imperativos de escolarização dos mais novos.

2.3. Equipamentos, Serviços e Respostas Sociais

Já no que toca à informação relativa aos equipamentos sociais importa ter presente que, como veremos mais adiante com maior detalhe, a resposta local tem sido, ao longo tempo, suficiente, sendo especialmente significativa no apoio à população infantil. Ainda assim, **as transformações na estrutura e organização dos agregados familiares, nos últimos anos, tem vindo a obrigar ao aparecimento de (novas) respostas sociais destinadas à população infantil e juvenil.**

Tem sido identicamente **notório o trabalho desenvolvido junto da população portadora de deficiência, embora a escassez de certos tipos de resposta** no território constitua uma desvantagem em termos de políticas de combate à discriminação, sendo, por isso, um domínio de necessária intervenção municipal no sentido de se definir, futuramente, estratégias conjuntas e assegurar a coordenação de objetivos e meios para a sua real inclusão.

Por outro lado, e face ao **incremento da população mais idosa no concelho** – provocado, como sabemos, pela melhoria das condições de vida, que, entre outros aspetos, também se correlaciona com o desenvolvimento socioeconómico, aos progressos verificados na medicina e ao alargamento da cobertura da rede de saúde pública – há que **ressaltar a necessidade da continuidade e do alargamento do investimento nas respostas a prestar a este público**, de forma a garantir a proteção necessária a uma população mais fragilizada física e socialmente.

Por seu turno, o trabalho do município ao nível do **combate e da prevenção da violência contra as mulheres e da violência doméstica conta já com algum histórico**, sendo de destacar a existência de estruturas específicas de atendimento e de resposta

de prevenção e atenuação desta problemática e cujas atividades deverão continuar a ser afinadas, atendendo-se às necessidades e às prioridades identificadas junto dos grupos vulneráveis a este tipo de fenómeno.

No **domínio da saúde**, nomeadamente no que toca à população com **comportamentos aditivos e doentes HIV+ ou com doença do foro mental ou psiquiátrico**, salienta-se que **o município tem vindo a disponibilizar um conjunto de serviços**, na maioria dos casos, focados quer na prevenção e sensibilização primárias de comportamentos de risco, quer na dimensão terapêutica e de reabilitação com vista ao desenvolvimento e à capacitação de competências pessoais e sociais dos diferentes públicos, fazendo cumprir a finalidade última de promoção de trajetos de vida pautados por quadros de maior estabilidade e bem-estar psicossociais e de reintegração social (em diferentes graus). A reavaliação das abordagens de intervenção ao longo do tempo e o ajuste àquilo que é a real procura destes serviços parece ser, nesta matéria, um ponto que merece maior reflexão.

A **nível cultural**, é de realçar similarmente o **conjunto alargado de equipamentos que têm dado um contributo relevante de dinamização territorial** que tem tido em linha de conta o reconhecimento do papel da memória do trabalho e de valorização do património industrial e histórico do concelho. Neste ponto, todo o conjunto de parcerias institucionais realizadas com os próprios equipamentos sociais do Município têm sido estratégicos na promoção da autonomia, da cidadania e a integração sociocultural dos seus utentes. Por isso, será de continuar a apostar na valorização destes espaços como locais de convivência, de sociabilidade e de referência – em suma, de interconhecimento local – de forma a assegurar o reforço dos laços de pertença e de disposição próxima face ao território.

3. Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

Enquanto realidade que resulta de todo um esforço e envolvimento coletivos de entidades de diversas naturezas, com históricos de atuação também eles distintos, no sentido de proporcionar respostas sociais capazes de fazer face às dificuldades geradas pelas dinâmicas sociais locais e de conceber internamente, sempre de modo articulado com o poder administrativo e político local, estratégias prioritárias para a intervenção social, **a rede de serviços e equipamentos sociais existente** no concelho de São João da Madeira, em 2021, por aquilo que pudemos observar (cf. Tabela seguinte), **era diversificada tendo em consideração as diferentes naturezas jurídicas e os grupos-alvo de intervenção.**

A recolha de informação junto das instituições e a caracterização das diversas entidades que têm intervindo no território municipal permitiu concluir que são treze as principais organizações que têm desempenhado um papel ativo no apoio social, ainda que estas estendam igualmente a sua ajuda a outras freguesias/territórios contíguos ao concelho. A análise da natureza jurídica das entidades localizadas no município pretende admitir também que, agregadas à rede solidária, o peso das instituições particulares de solidariedade social é muito significativo, não obstante a presença (em conjunto) de instituições não governamentais (vacionadas para o apoio à “Família e Comunidade em Geral” e aos “Refugiados e Migrantes”) e de entidades que combinam a vertentes pública e privada com ou sem fins lucrativos (direcionadas aos grupos-alvo “Crianças e Jovens” e “Pessoas Idosas”).

Distribuídos (praticamente) de forma muito centralizada pelo concelho e de modo relativamente equitativo, e, ao mesmo tempo, marcados por uma boa cobertura da rede de acessibilidades – fatores-chave até para a própria definição dos sistemas de relações sociais locais e de atendimento às necessidades aí encontradas –, os equipamentos sociais em apreço correspondem à aplicação prática da maioria das respostas, uma vez que, em muitos casos, integram uma ou mais valências que, por seu turno, são dirigidas ou não para a mesma população-alvo ou grupo-alvo. Refira-se, a este propósito, que as populações-alvo que mobilizam um maior número de valências no total de equipamentos sociais existentes são precisamente as “Crianças e Jovens”, as “Pessoas idosas”, a “População com Deficiência” e a “Família e Comunidade em Geral”.

Na verdade, esta realidade – quer estejamos a falar do aproveitamento de infraestruturas existentes (e/ou adjacentes e próximas) ou até de meios humanos mobilizados para o efeito, muitas vezes numa lógica de trabalho interinstitucional em rede

– tem vindo a ser cada vez mais equacionada, traduzindo claras vantagens para os diversos tipos de utentes acolhidos. A ponderação da territorialidade dos serviços, mesmo atendendo à dimensão territorial não muito extensa do concelho, surge como um aspeto importante tanto ao nível da conceção inicial do equipamento social, como, posteriormente, aquando do trabalho de ampliação ou remodelação das instalações existentes ou então de cedência das mesmas.

A **análise da distribuição dos equipamentos sociais**, à data de 31 de dezembro de 2021, realça, em simultâneo, que estes **eram dirigidos, na sua totalidade, a duas grandes populações-alvo**, designadamente **“Infância e Juventude”** e **“População Adulta”**, destacando-se, claramente, a primeira. Existiam, portanto, 24 serviços e equipamentos para a “Infância”, 6 para a “População Idosa” e, de modo semelhante, 6 para a “População com Deficiência”. A esmagadora **maioria das respostas sociais existentes**, neste domínio, no município de São João da Madeira **continua a ser da responsabilidade das entidades da rede solidária**, integrando, na generalidade, a rede pública sem fins lucrativos.

Os equipamentos, no domínio da infância e juventude, surgem cedo no território, a partir dos anos de 1940 e, posteriormente, nos anos de 1970 e 1980 – períodos em que surge uma manifesta preocupação em fazer irromper respostas vocacionadas para esta população e seus agregados familiares (em diferentes aspetos e domínios). Enquanto valências de cariz associativo, acresce mais tarde, já em finais de 1990, e durante os anos 2000, outro tipo de respostas direcionadas para a juventude com propostas de intervenção complementares.

Por sua vez, a principal resposta dedicada à população com deficiência, surgiu, no início de 1990, não tendo surgido, ao que sabemos, mais nenhuma deste tipo. No caso das estruturas focadas na população idosa, estas emergem a partir dos anos de 1980, prolongando-se pelas duas décadas seguintes, fenómeno manifestamente correlacionável com o processo de envelhecimento local em curso.

Por outro lado, verifica-se que existiam 9 **equipamentos voltados para a “Família e Comunidade” e para a “Saúde”** – mais concretamente no período compreendido entre os anos de 1990 e a primeira década dos anos 2000 –, reflexo da tendência progressiva no decurso do tempo da emergência de equipamentos sociais/valências ajustada à evolução das necessidades sociais e à própria dinâmica de procura sentida no território. À semelhança dos equipamentos anteriores, a maior parte das respostas sociais incluía a rede pública sem fins lucrativos.

Tabela 1 – Rede dos principais serviços e equipamentos sociais (auscultadas) no concelho de São João da Madeira (2021).

Entidade	Ano de início de funcionamento	Localização	Natureza Jurídica	Resposta Social	Grupo-Alvo
ACAIS – Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses	2001	Rua dos Bombeiros Voluntários, 96 - SJM	Instituição sem fins lucrativos Pessoa Coletiva de Utilidade Pública	Centro de Dia Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas idosas Pessoas com algum tipo de incapacidade (foro físico e mental)
AMU – Associação «Ações para um Mundo Unido» (SJM)	2012	Rua João de Deus, 197, Loja 3 - SJM	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD)	Bazar Comunitário	Família e Comunidade em Geral Refugiados e População Migrante
Associação de Apoio à Educação	1992	R. O Jornal O Regional, 372 Quintã - SJM	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)	Creche	Crianças e Jovens
Associação de Jovens «Ecos Urbanos	1999-2002 2014	Casa das Associações Av. Dr. Renato Araújo, 441, 1º piso - SJM	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) Pessoa Coletiva de Utilidade Pública Associação Juvenil	Ajuda Alimentar Atendimento/ Acompanhamento Social Centro Comunitário	Crianças e Jovens Pessoas idosas Família e Comunidade em Geral
Associação de Professores Terras de Santa Maria (SJM)	2014	São João da Madeira	Pessoa Coletiva de Direito Privado sem fins lucrativos	Centro de Atividades de Tempos Livres Centro de Convívio Apoio ao estudo	Crianças e Jovens Pessoas idosas
Associação «É Bom Viver»	2001	Rua Alão de Morais, 358 - SJM	Instituição sem fins lucrativos	Centro de Convívio	Pessoas idosas
ATL «Gente Miúda»	1986	Ribeiros, Parque, Parrinho, Fundo de Vila, Estudaria - SJM	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)	Centro de Atividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Centro Humanitário da Cruz Vermelha Portuguesa (SJM)	2011 2015	Rua Guerra Junqueiro, 43 - SJM	Instituição Humanitária Não Governamental Pessoa Coletiva de Direito Privado e de Utilidade Pública, sem fins lucrativos	Apoio Alimentar Acolhimento de Pessoas Refugiadas	Família e Comunidade em Geral Refugiados e População Migrante
CERCI – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas SJM	1994 2003 2005	Casadelo, Mourisca - SJM	Pessoa Coletiva de Utilidade Pública Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)	Centro de Atividades Ocupacionais (em transição para CACI) Formação Profissional Lar Residencial	Pessoas com deficiência
Creche Albino Dias Fontes Garcia	1947	Rua Oliveira Júnior, 196 e Rua Alão de Morais, 25 - SJM	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)	Creche Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens
MenteMovimento – Associação Pró-saúde Mental de Entre Douro e Vouga	2018	Praça Barbezieux, 2359 - SJM	Instituição sem fins lucrativos	Unidade Sócio-Ocupacional	Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico
Santa Casa Misericórdia de São João da Madeira	1971 1981 1982 1991 1992 1999 2000 2007 2008 2018 2021	Fundo de Vila, Espadanal, Orreiro, Casadelo, Conde Dias Garcia, Carquejido, Fontainhas - SJM	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) Instituição com Fins Lucrativos	Creche, Estabelecimento de Educação Pré-Escolar Centro de Atividades de Tempos Livres Centro de Acolhimento Temporário Centro de Dia, ERPI Serviço de Apoio Domiciliário Protocolo de RSI Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção Centro Comunitário Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial Doentes HIV+	Crianças e Jovens Pessoas idosas Família e Comunidade em Geral Pessoas com comportamentos aditivos Doentes HIV+
Universidade Sénior de São João da Madeira	2005	Rua Alão de Morais, 237	Organização sem fins lucrativos	Centro de Convívio	Pessoas idosas

4. Respostas Sociais para a População Infantil e Juvenil

Um retrato feito a traço largo **da rede de equipamentos sociais vocacionados para a população infantil e juvenil afigura-se como um passo fundamental face à importância que estas estruturas detêm no território tanto na facilitação da conciliação da vida familiar e profissional dos agregados familiares**, como, ao mesmo tempo, **no contributo que prestam para o melhor desenvolvimento pessoal e social** dos seus destinatários.

Uma análise transversal sobre os equipamentos e serviços existentes no município de São João da Madeira destinados às faixas etárias mais jovens da população da região, de acordo com a informação que foi disponibilizada pelas instituições locais de cariz social auscultadas⁹, permite aferir, em primeiro lugar, que, em 2021, o tipo de resposta local destas estruturas – essencialmente por via das creches, dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos Centros de Atividades de Tempos Livres – era favorável, sendo especialmente significativo no apoio à população infantil, designadamente à primeira infância e às faixas etárias seguintes mais imediatas, confirmando, deste modo, a garantia de prestação de cuidados básicos, de educação e de promoção da valorização pessoal e social dos seus destinatários (em especial, num ambiente de segurança física e afetiva).

4.1. Creche, Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e Centros de Atividades de Tempos Livres

Se atendermos aos dados sobre a capacidade máxima dos **equipamentos reservados à infância existentes no município**, assegurados quase na sua exclusividade por entidades do setor social, denota-se que o território apresenta um conjunto de serviços que **cobrem a totalidade das diferentes faixas etárias desta população**, facto que, analisado conjuntamente com a informação referente à taxa de cobertura dos

⁹ No âmbito da elaboração da Carta Social do Concelho de São João da Madeira, solicitou-se o preenchimento desta informação por parte das várias instituições (referenciadas pelo Município). As várias etapas de recolha de informação poderão ser consultadas com maior pormenor no ponto 2.2. do presente documento (cf. Notas teórico-metodológicas). Para uma avaliação geral mais detalhada sobre os equipamentos sociais, cf. ponto 10.

equipamentos sociais¹⁰, nos leva a afirmar tratar-se de uma área de intervenção relativamente estável e ajustada às necessidades existentes no território.

4.1.1. Creche

Enquanto resposta social destinada a crianças até aos três anos de idade, a prestação do **serviço de creche**, disponibilizada por três entidades, abrangia, no ano de 2021¹¹, um total de 408 crianças (cf. Tabela seguinte). De natureza socioeducativa e vocacionadas para o apoio à criança e à família e para a criação de atividades que potenciam o desenvolvimento pedagógico desta franja populacional, a Creche da «Associação de Apoio à Educação», a Creche «Albino Fontes Dias Garcia» («Ninho da Criança»), e as Creches da Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira («Abrigo Infantil das Laranjeiras», «Centro Infantil» e «Creche Alberto Pacheco»), acolhendo crianças de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os zero e os quatro anos e a fase de ingresso no ensino pré-escolar, revelavam, à data, uma capacidade de acolhimento de utentes ainda considerável – 467 no total. Refira-se, a este propósito, que de um total de 484 crianças abrangidas, 387 (94,8%) encontravam-se sob o regime de acordo de cooperação com a Segurança Social, o que deixa denotar uma capacidade de cobertura social importante.

Ainda assim, é de observar a existência de algumas margens entre a capacidade de apoio dada pelas creches locais e as vagas efetivamente preenchidas. De facto, em 2021, dos três estabelecimentos considerados vemos que dois deles – a Creche da «Associação de Apoio à Educação» e as Creches da Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira – apresentavam, respetivamente, diferenciais de 28,1% e de 8,2% (cf. Tabela seguinte). Entre os fatores explicativos para este retrato, de acordo com o que se depreendeu da auscultação realizada junto das instituições, encontrava-se justamente, por motivos distintos, o facto de os agregados familiares conseguirem encontrar respostas noutros locais ou, em alguma medida, devido aos efeitos das restrições advindas da situação pandémica que acabaram por forçar o privilégio pela assistência e cuidados desta franja em domicílio próprio ou de familiares próximos.

Não obstante este sentido, não deve deixar de se evocar que, da leitura da informação recolhida, esta resposta registava, no cômputo geral, uma lista de espera de

¹⁰ Note-se que, em 2019, a taxa de cobertura dos equipamentos "Creche Familiar/Creche" era de 226,0% (Fonte: Diagnóstico Social do concelho de São João da Madeira, 2021).

¹¹ Toda a informação coligida reporta-se a 31 de dezembro do ano transato.

65 crianças, algo que merece especial atenção se tivermos em linha de conta as exigências e as necessidades acrescidas em relação a este tipo de serviços. Trata-se de uma questão que deve pressupor um maior envolvimento da comunidade através da criação e/ou alargamento de mecanismos articulados de suporte social. Mesmo apresentando uma capacidade de acolhimento acima do que é normalmente tipificado ou estipulado em regime de acordo de cooperação com a Segurança Social, algumas das entidades auscultadas – em especial aquelas que apresentavam lista de espera – apontavam, em sede de inquirição, para a oportunidade de rentabilização dos espaços existentes das instituições e a capacidade real no alargamento de salas e, por consequência, a abertura de mais vagas, havendo assim uma extensão do número de vagas (protocoladas) e a própria lotação prestada.

Na verdade, **a missão das creches em colaborar com as famílias numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças**, em função das suas necessidades específicas, prevenindo e despistando qualquer situação de risco ou inadaptação a fim de assegurar o melhor acompanhamento, no sentido de uma articulação estreita com outros serviços existentes na comunidade, é, como sabemos, territorialmente muito relevante.

Tabela 2 – Equipamentos para a infância e juventude no concelho de São João da Madeira (creche) (2021).

Resposta	Entidade (s) promotora/gestora (s)	Capacidade	Vagas preenchidas	Lugares		Lista de espera	Ocupação (%) ¹	Diferencial (%) ²
				Com acordo	Sem acordo			
Creche	Associação de Apoio à Educação	139	100	79	60	8	71,9	-28,1
	Creche Albino Dias Fontes Garcia	84	84	84	-	57	100,0	-
	Santa Casa Misericórdia SJM (total) ³⁾	244	224	224	-	-	91,8	-8,2
	Total	467	408	387	60	65	87,4	-12,6

Fonte: Instituições de apoio à infância e juventude no concelho, 2021.

Notas: ¹ Cálculos próprios: vagas preenchidas/capacidade*100; ² Diferencial= Ocupação % - 100.

³⁾ Total =3 (localizadas em Fundo de Vila, Espadanal e Orreiro).

4.1.2. Educação Pré-Escolar

De cariz educativo e igualmente social, a **resposta reservada a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingressar no 1º CEB**, no âmbito do ensino pré-escolar, disponibilizada essencialmente por duas entidades da rede solidária – a Creche «Albino Fontes Dias Garcia» e a Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira (Centro Infantil) –, abrangia, no ano transato, no concelho, 287 crianças, apresentando uma menor cobertura do que a registada nas faixas etárias antecedentes.

Atuando na **primeira etapa da educação básica no processo de educação** ao longo da vida, os estabelecimentos locais de educação pré-escolar, sendo suplementares à própria ação educativa prestada pela família, com a qual se deve estabelecer estreita cooperação, juntamente com a comunidade, têm por **principal objetivo contribuir, de modo acompanhado, para a igualdade de oportunidades das crianças no acesso à escola e para o sucesso da sua aprendizagem**, despertando a reflexão crítica e a curiosidade pelo mundo exterior. Indicadas, aliás, pelas instituições auscultadas, como respostas que decorrem do acentuar da partilha de responsabilidades educativas entre a família e a sociedade na infância e na idade pré-escolar, a carência existente de, depois dessa idade, se prolongar o apoio às famílias e à ação educativa dos estabelecimentos era igualmente reconhecida, o que faz com que a importância destes equipamentos sociais em concreto ainda seja evidente.

No entanto, neste ponto, verificou-se também a presença de maiores margens diferenciais na relação entre a efetiva capacidade de resposta e o número de vagas preenchidas destes equipamentos – designadamente de 15,0% e 11,1% –, facto que era justificado (em parte), por parte das próprias instituições, pelo peso de fatores concorrenciais de outros estabelecimentos. Este tipo de resposta era, na verdade, complementado pela oferta da rede pública – que, neste caso, abarcava, no território, 448 crianças distribuídas por 10 estabelecimentos de ensino – e não tinha lista de espera, apresentando uma taxa de cobertura de 100% (cf. Tabela seguinte).

Tabela 3 - Equipamentos para a infância e juventude no concelho de São João da Madeira (educação pré-escolar) (2021).

Resposta	Entidade (s) promotora/gestora (s)	Capacidade	Vagas preenchidas	Lugares		Lista de espera	Ocupação (%) ¹	Diferencial (%) ²
				Com acordo	Sem acordo			
Educação pré-escolar	Creche Albino Dias Fontes Garcia	146	127	127	-	-	87,0	-13,0
	Santa Casa Misericórdia SJM (total) ^{a)}	180	160	160	-	-	88,9	-11,1
	Rede Pública (acordo com o Ministério de Educação)	448	448	-	-	-	100,0	-
	Total	326	287	287	-	-	88,0	-12,0

Fontes: Instituições de apoio à infância e juventude no concelho; Diagnóstico Social do Concelho de São João da Madeira, 2021.

Notas: ¹ Cálculos próprios: vagas preenchidas/capacidade*100; ² Diferencial= Ocupação % - 100.

^{a)} Total =2 (localizados em Fundo de Vila e Espadanal).

4.1.3. Centros de Atividades de Tempos Livres

Por outro lado, e com um **enfoque muito direcionado para o desenvolvimento de atividades de lazer a crianças e jovens** (dos seis aos doze anos de idade) nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares, os Centros de Atividades dos Tempos Livres, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção – nomeadamente através do acompanhamento/inserção, da prática de atividades específicas e da realização de multiatividades –, **apresentam fortes vantagens para o desenvolvimento pessoal e social dos seus destinatários**, ao colaborarem ativamente no seu processo de socialização, por via do estímulo à participação na vida em grupo, sempre num clima favorável à compreensão, respeito e aceitação de cada um em contexto de diversidade social.

Diga-se, a este propósito, que, de acordo com os depoimentos prestados, o propósito em proporcionar, no caso dos equipamentos de ocupação dos tempos livres, atividades integradas em projetos de animação sociocultural e de carácter lúdico, abertos a uma certa informalidade e improvisação, e em que as crianças e jovens assumem um papel ativo de escolha e de participação voluntária, esteve presente na génese destas organizações. A própria potenciação de interação e integração social das crianças de meios mais desfavorecidos a partir de atividades de distintas expressões (motora, musical, plástica, dramática) é vista como meio de enriquecer o seu conhecimento e estimular o

seu imaginário e criatividade, ao mesmo tempo que atua no desenvolvimento de competências sociais (no âmbito da cidadania). Além do mais, a funcionar no sentido de grande proximidade com o meio familiar e escolar, este tipo de respostas, tem representado, para este grupo-alvo, um local de apoio (sempre que necessário) à aquisição de competências escolares e um espaço de prevenção de comportamentos de risco.

Vistos como um complemento educativo que visa precisamente reforçar o processo de socialização da criança e/ou do jovem e das suas aprendizagens a par da escola, tais equipamentos (e, em especial, aqueles mais direcionados para o acompanhamento psicopedagógico e que abrangem a faixa etária acima dos 12 anos de idade) **também devem ser encarados, por outro lado, como estratégicos para a prevenção da marginalização e delinquência juvenil.** A ausência de respostas sociais destinadas aos jovens que frequentam o 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário foi igualmente apontada como carência existente no território, face à real procura de espaços que, para lá da componente lúdica e psicológica, possam oferecer maior auxílio no aprofundamento e enriquecimento dos conteúdos curriculares e na transição para um percurso profissional orientado.

Em 2021, os CATL do concelho eram disponibilizados por três organizações, registando uma capacidade total de 660/670 lugares, não existindo em nenhuma delas lista de espera. Constituindo espaços educativos com atividades lúdicas e socioculturais, de modo a melhorar a situação social e educativa e, em simultâneo, a qualidade de vida das crianças/jovens, os CATL da Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira e do ATL «Gente Miúda» davam uma resposta efetiva a um total de 634 crianças/jovens, enquanto a «Associação de Professores de Terras de Santa Maria», também ela vocacionada no acompanhamento ao estudo de crianças e jovens, disponibilizava apoio sensivelmente a 10 crianças/jovens, em regime de acordo com a ação social escolar, tentando colmatar uma necessidade da parte dos encarregados de educação de ocuparem os seus educandos após saída da escola e/ou frequência das atividades curriculares, de acordo com o favorecimento da relação entre a família, a escola, a comunidade e os próprios estabelecimentos de ensino com vista ao aproveitamento e à rentabilização de todos os recursos do meio. De salientar que a Habitar S. João, E.E.M. tem vindo a desenvolver atividades de ocupação de tempos livres nesta área¹² também.

¹² A HABITAR S. João EEM presta de forma informal, um serviço de apoio pedagógico e de apoio ao estudo, sem número de vagas pré-definidas, destinado essencialmente às crianças e jovens residentes no complexo habitacional.

Tendo em conta a informação aferida, importa também realçar que os níveis de ocupação eram altamente satisfatórios (visto encontrarem-se acima dos 90%) (cf. Tabela seguinte).

Tabela 4 – Equipamentos para a infância e juventude no concelho de São João da Madeira (CATL) (2021).

Resposta	Entidade (s) promotora/gestora (s)	Capacidade	Vagas preenchidas	Lugares		Lista de espera	Ocupação (%) ¹	Diferencial (%) ²
				Com acordo	Sem acordo			
Centro de Atividades de Tempos Livres	ATL - Gente Miúda (total) ^{a)}	360	356	360	-	-	98,9	-1,1
	Santa Casa Misericórdia SJM (total) ^{b)}	300	278	243	35	-	92,7	-7,3
Acompanhamento ao estudo/outras atividades de cariz lúdico	Associação de Professores das Terras de Santa Maria	-	10*	10*	-	-	-	-
	Total	660	634	603	35	-	96,1	-3,9

Fonte: Instituições de apoio à infância e juventude no concelho, 2021.

Notas:

¹⁾ Cálculos próprios: vagas preenchidas/capacidade*100; ²⁾ Diferencial= Ocupação % - 100.

^{a)} Total = 5 (localizados na EB1 Ribeiros, na EB1 Parque, na EB1 Parrinho, em Fundo de Vila e Estudaria – 2º ciclo).

^{b)} Total = 7 (localizados em Casadelo, Conde Dias Garcia, Carquejido, Espadanal, Fontainhas, Orreiro e Fundo de Vila).

* Informação prestada em sede de entrevista tendo por base o seu histórico.

*

No que toca à **Proteção Social**, é de salientar que o Município concedeu 543 apoios no âmbito da **Ação Social Escolar (ASE)**, programa que constitui um conjunto de medidas de apoio, aos(às) alunos(as) e respetivas famílias, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar, conforme decorre do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo. Terão direito a beneficiar dos apoios previstos, os(as) alunos(as) pertencentes aos agregados familiares integrados nos 1.º e 2.º escalões de rendimentos determinados para efeitos de atribuição do abono de família nos termos dos artigos 9.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto¹³.

¹³ Fonte: <https://www.cm-sjm.pt/pt/educacao-acao-social-escolar>

4.2. Outros serviços/respostas sociais para crianças e jovens

No âmbito de **outros serviços prestados** a esta população-alvo, há que acrescentar o papel da Associação de Jovens «Ecos Urbanos» enquanto estrutura organizada que apoia, há 25 anos, a juventude local através de uma série de respostas específicas, como oficinas de várias expressões artísticas (abertas ao público em geral com carácter pontual ou contínuo); campo de férias – vocacionado para ocupação dos tempos livres de jovens entre os 6 e os 18 anos, abrangendo igualmente crianças e jovens de famílias acompanhadas pelo Centro Comunitário e SASS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social) e por outras instituições de cariz social de São João da Madeira – e, ainda, atividades na área da educação e formação¹⁴.

Com um espetro de intervenção alargado, os projetos desenvolvidos para jovens entre os 6 e 18 anos de idade, e também a partir dos 20 anos, têm tido por base o compromisso de integração social, de respeito pela multietnicidade, de combate à discriminação e de favorecimento da igualdade de oportunidades para todos os utentes (independentemente da sua situação social e económica).

Destinando-se, por um lado, a reduzir a fraca participação deste grupo-alvo em atividades culturais, reforçando a relação com o meio envolvente e garantindo um acesso mais democratizado aos vários equipamentos culturais locais, mas também, por outro, a incitar, junto de certas zonas do município, atividades de expressão mais artística capazes de ativar outro tipo de competências pessoais e sociais para além daquelas disponibilizadas pelo meio escolar e desportivo locais, estes projetos têm vindo, segundo o discurso institucional, a responder grandemente aos interesses dos seus utentes, tendo em linha de conta a minoração de qualquer tipo de desvantagens sociais e de salvaguarda dos direitos básicos de cidadania, constituindo um tipo de resposta social (reconhecida) na valorização da condição de jovem e na promoção, em última instância, do desenvolvimento social integrado.

¹⁴ O acolhimento de outros públicos-alvo como as famílias monoparentais femininas, os refugiados, migrantes e emigrantes e até a população idosa resulta também da sua intervenção local na área social municipal.

4.3. Respostas para crianças e jovens em situação de perigo

Ao nível territorial, é de destacar que o Município de São João da Madeira dispõe, ainda, de uma **resposta social específica** para este grupo-alvo – o Centro de Acolhimento Temporário da Santa Casa da Misericórdia (CAT “Oliveira Júnior”). Destinada exclusivamente ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo¹⁵, de duração inferior a seis meses (com base na aplicação de medida de promoção e proteção legal em vigor), esta valência, em contexto substitutivo ao seu meio familiar¹⁶, dava resposta, em 2021, a 30 crianças e jovens, acolhendo em concreto um total de 20 em regime de acordo de cooperação com a Segurança Social.

No âmbito do apoio e da **promoção dos direitos das crianças e jovens do município**, salienta-se identicamente o papel da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), cujo papel é determinante na implementação de medidas preventivas e/ou institucionalização direcionadas para crianças e jovens em situação de perigo. No exercício da sua competência na área territorial de intervenção, esta funciona em duas modalidades – a modalidade restrita e a alargada. Na primeira, encontram-se uma equipa multidisciplinar e interinstitucional, funcionando em permanência, sendo da sua competência a intervenção em situações que constituem perigo para a criança/jovem; a segunda funciona em plenário, sendo da sua competência o desenvolvimento de ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem, conforme o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e Jovens em execução.

Segundo a informação disponível¹⁷, para o ano de 2020, existiam 78 processos ativos e um saldo de 211 processos entrados e acompanhados e de 133 processos saídos, à data de 31 de dezembro. Entre as situações sinalizadas, 57% reportavam-se a crianças e jovens do sexo masculino e 43% do sexo feminino. As problemáticas associadas à negligência, à violência doméstica e a situações de perigo e/ou exposição a comportamentos causadores de mal-estar e violação dos direitos da criança/jovem eram os predominantes, sendo transversais a todas as faixas etárias.

¹⁵ Abrangendo justamente tanto as situações de evidente abandono e negligência (material e afetiva), de fragilização emocional e de notória insegurança, como de exercício forçado a atividades inadequadas à idade e prejudiciais ao seu desenvolvimento, de maus tratos físicos ou psíquicos ou ainda de abuso sexual.

¹⁶ Visto o próprio meio constituir um fator de risco grave para a saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento desta população.

¹⁷ Tendo por referência os dados cedidos pela CPCJ de S. João da Madeira (Fonte: Diagnóstico Social do concelho de São João da Madeira, 2021).

Tabela 5 – Equipamentos para crianças e jovens em situação de perigo no concelho de São João da Madeira (CATL) (2021).

Resposta	Entidade (s) promotora/gestora (s)	Capacidade	Vagas preenchidas	Lugares		Lista de espera	Ocupação (%) ²	Diferencial (%) ²
				Com acordo	Sem acordo			
Centro de Acolhimento Temporário	Santa Casa Misericórdia SJM (total) ^{a)}	30	22	22	-	-	73,3	-26,7%
Total		30	22	22	-	-	73,3	-26,7%

Fonte: Instituições de apoio a crianças e jovens em situação de perigo no concelho, 2021.

Notas:

¹⁾ Cálculos próprios: vagas preenchidas/capacidade*100; ²⁾ Diferencial= Ocupação % - 100.

^{a)} Total = 1 (localizado em Fundo de Vila).

5. Respostas Sociais para a População Adulta

Relativamente à **rede de equipamentos sociais vocacionados para população adulta** – neste caso, a população idosa e a população com deficiência –, uma visão global da sua configuração permite identificar, à partida, todo o conjunto de agentes e de valências amplamente envolvidos quer na promoção da autonomia, da integração social e da condição de saúde, como da valorização pessoal e do desenvolvimento de autoestima dos seus destinatários, e que, de modo semelhante às valências descritas no ponto anterior, **prestam serviços que ajudam à facilitação da conciliação da vida familiar e profissional dos agregados familiares.**

Um análise global sobre as estruturas e os serviços existentes no município de São João da Madeira destinados a estas franjas populacionais da região, segundo a informação recolhida, esta permite confirmar: de um lado, a diversidade e a amplitude do conjunto de respostas sociais destinadas à população mais envelhecida – como os Centros de Dia, as ERPI, os SAD e outras –, fundamentais na garantia de lazer e de ocupação do tempo livre e na salvaguarda de prestação de cuidados primários a um perfil de população mais fragilizado física e socialmente; e, do outro lado, uma resposta exclusiva e especializada no apoio à população com deficiência (nomeadamente, através do Lar Residencial, do CAO/CACI¹⁸ e da Formação Profissional), algo que traz necessariamente vantagens, para o concelho, em termos de políticas de combate à discriminação.

5.1. Pessoas idosas

Centrando o nosso olhar sobre a informação relativa à capacidade máxima dos **equipamentos reservados à terceira idade existentes no município** (por serviço e entidade), – que, como é sabido, são garantidos identicamente quase na sua exclusividade por entidades do setor social –, interessa salientar que, muito embora **se reconheça a aposta num maior investimento no tipo de respostas a dar¹⁹, esta área de atuação tem vindo, ao longo do tempo, a se reforçar face às crescentes necessidades e exigências encontradas no território.**

¹⁸ Aqui, destaca-se a passagem de CAO (Centro de Atividades Ocupacionais) para CACI (Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão).

¹⁹ Veja-se que, em 2019, a taxa de cobertura dos equipamentos "Centro de dia" era de 73,2%, "ERPI" de 77,7% e "SAD (Idosos)" de 68,4% (Fonte: Diagnóstico Social do concelho de São João da Madeira, 2021).

Tabela 6- Equipamentos /Respostas sociais para a população idosa de São João da Madeira (total) (2021).

Resposta	Entidade (s) promotora/gestora (s)	Capacidade	Vagas preenchidas	Lugares		Lista de espera	Ocupação (%) ¹	Diferencial (%) ²
				Com acordo	Sem acordo			
Centro de Dia	ACAIS - Associação do Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses	48	48	26	-	-	100,0	-
	Santa Casa Misericórdia SJM	15	3	3	-	-	20,0	-80,0
	Subtotal	63	51	29	-	-	81,0	-19,0
ERPI	Santa Casa Misericórdia SJM ^{a)}	90	90	90	-	160	100,0	-
Casa de Repouso	Santa Casa Misericórdia SJM	85	55	-	55	-	64,7	-35,3
ERI/CR	Subtotal	175	145	90	55	160	82,9	-17,1
Serviço de Apoio Domiciliário	ACAIS - Associação do Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses	95	95	95	-	-	100,0	-
	Santa Casa Misericórdia SJM	40	35	35	-	-	87,5	-12,5
	Subtotal	135	130	130	-	-	96,3	-3,7
Atividades de cariz cultural e recreativo	Associação Cultural e Recreativa – É Bom Viver	120	120	-	-	-	100,0	-
	Universidade Sénior – Rotary Club SJM	-	60*	-	-	-	-	-
	Subtotal	120	120	-	-	-	100,0	-
TOTAL		493	398	-	-	-	80,7	-19,3

Fonte: Instituições de apoio à população idosa no concelho, 2021.

Notas:

¹⁾ Cálculos próprios: vagas preenchidas/capacidade*100; ²⁾ Diferencial= Ocupação % - 100.

^{a)} Lar de Idosos São Manuel localizado em Fundo de Vila.

* Informação prestada em sede de entrevista.

5.1.1. Centros de Dia

Assim, e tendo em conta especificamente os **Centros de Dia** – resposta que visa a prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas com mais de 65 anos de idade no seu meio sociofamiliar habitual, e, nesse sentido, favorecem o estreitamento dos laços dos seus utentes com outras instituições locais, através do desenvolvimento de atividades que ajudam à promoção do seu sentido de pertença e de convívio com a comunidade –, é de notar que, em 2021, estas estruturas

prestavam um tipo de apoio (ainda) deficitário face àquilo que sabemos sobre os desafios que o fenómeno de envelhecimento local (e, em particularmente, o envelhecimento ativo) acarretam para o território. Ao **acrescentarem um trabalho de apoio e acompanhamento social mais efetivo junto dos seus utentes** (frequentemente mais fragilizados do ponto de vista socioeconómico) no intuito de satisfazer as carências mais prementes, através não só do desenvolvimento de atividades apropriadas à sua condição de saúde – de que são exemplo, a ginástica geriátrica, a estimulação cognitiva e musical, a destreza manual, etc. –, bem como de ajuda às tarefas quotidianas (como o fornecimento de refeições, o cuidado da higiene pessoal, a preparação e a administração de medicação, o auxílio nalgumas das rotinas de relação com o meio e o próprio transporte), estes equipamentos constituem uma mais-valia a considerar.

Repare-se que os dois Centros de Dia existentes em São João da Madeira – o da Associação do Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses (ACAIS)²⁰ e o da Santa Casa da Misericórdia – disponibilizavam, à data, um total de 63 lugares, 29 dos quais em regime de acordo de cooperação com a Segurança Social e o total do diferencial de ocupação era de 19% (cf. Tabela anterior). Não obstante o alargamento do número de vagas ao longo do tempo e a ausência de lista de espera, percebe-se, pelo que pudemos recolher, alguma quebra mais recente na procura desta resposta, fenómeno pode encontrar justificação (em parte) nalgum receio de contacto social após o domínio prolongado da situação sanitária (e suas restrições) ao longo dos últimos dois anos, mas sobretudo pelo próprio custo deste tipo resposta, frequentemente subfinanciada pelo Estado.

Em virtude do facto de o “emagrecimento” dos laços familiares contribuir mais fortemente para a incidência de fenómenos como a solidão e o isolamento social em certas camadas (mais velhas) da população – traduzidos, muitas vezes, em “formas solitárias de habitação” (Esteves, 1995) – torna-se, ainda assim, **essencial a criação e a capacitação de estruturas capazes de aumentar a importância do lazer e a ocupação do tempo em determinada fase da vida e de responder às preocupações e necessidades da população-alvo nas vertentes psicológica e social de apoio.**

²⁰ De salientar que, apesar desta instituição assumir nos seus princípios uma maior vocação para a terceira idade, acolhe pessoas com faixas etárias abaixo dos 65 anos, revelando abertura para o acolhimento de pessoas que demonstrem algum tipo de incapacidade do foro cognitivo ou locomotivo.

5.1.2. Atividades de cariz cultural e recreativo

Na mesma linha de ideias, vale a pena referir a importância que as estruturas dedicadas ao apoio a idosos, através do desenvolvimento mais voltado para **atividades de cariz social, recreativo e cultural** – num quadro de organização assente na dinamização e participação ativas dos próprios utentes –, **assumem na prevenção de fenómenos como a solidão e o isolamento social, numa perspetiva de incentivo à participação e integração dos idosos na vida social local e**, inclusive, de **fomento das suas relações interpessoais e intergeracionais**.

De entre as instituições cujo trabalho tem sido continuado no tempo, sabe-se que, em 2021, a Associação Cultural e Recreativa «É Bom Viver», através de um protocolo de cooperação celebrado há já alguns anos com a Câmara Municipal, tem colocado ao dispor desta franja populacional do concelho (mais precisamente, 120 pessoas) atividades de cariz cultural e recreativo (abarcando o teatro, a música, coro, entre outras), nomeadamente por via da dinamização de alguns projetos²¹ cuja relevância é inegável em prol de um envelhecimento saudável e ativo. De acrescentar que, esta estrutura, encontrando-se atualmente aberta também a outras franjas etárias mais jovens, tem sido, desde a sua génese, altamente favorável, junto da comunidade, à promoção de atividades de cariz físico e desportivo (incluindo, para além da ginástica, o Yoga, o Pilates e o Tai Chi), ajudando, portanto, à adoção de um estilo de vida saudável por parte dos seus destinatários.

Além do mais, será de mencionar o papel ativo atual da Universidade Sénior – Rotary Club de São João da Madeira no incentivo à aprendizagem ao longo da vida e na promoção de um envelhecimento ativo com dignidade e qualidade de vida dos seus alunos. A preocupação em ocupar os tempos livres dos seus associados permitiu que se produzisse (com maior ou menor continuidade) uma linha de ação mais voltada para a aprendizagem e o aprofundamento de competências escolares (informais) através da lecionação de uma diversidade de disciplinas (nas áreas das línguas, informática, saúde e cidadania, entre outras), assim como atividades culturais (de reconhecimento comunitário), fundamentais na produção de sociabilidades baseadas no companheirismo, convívio e solidariedade. Esse próprio envolvimento com o meio faz com que esta instituição abrace projetos de solidariedade social como, por exemplo, a *Sopa Solidária*,

²¹ Desenvolvidos em alguns dos locais informais – o *Espaço Intergeracional – 16 de maio* e o *Espaço Sénior do Centro*.

destinada à distribuição de alimentos junto das pessoas com maiores carências socioeconómicas ou em situação de dependência.

5.1.3. ERPI (Estruturas Residenciais para Idosos)

No caso das ERPI, **resposta social destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, as dificuldades**, embora a uma outra escala, **são igualmente importantes, não obstante a cobertura dada pelo único equipamento local da rede solidária existente** – o Lar de Idosos São Manuel, gerido pela Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira. Este equipamento disponibilizava, em 2021, 90 lugares, todos eles ocupados e em regime de acordo de cooperação com a Segurança Social.

A verdade é que os **desafios colocados pela aceleração do fenómeno de envelhecimento populacional** nas últimas décadas **acabaram por ter**, neste domínio, **impactos consideráveis nos moldes de prestação deste tipo de serviços**, potenciando novas respostas face ao aumento das situações de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia desta franja etária e, ao mesmo tempo, à necessidade de cuidados específicos de saúde e de serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial dos seus utentes. Uma questão que é precisamente sinalizada no discurso institucional relaciona-se com as transformações verificadas no perfil de utentes a requisitar este tipo de resposta em particular na última década. Segundo o que pudemos aferir, têm sido os utentes com idades mais avançadas aqueles que entram na lista de espera das ERPI, obrigando à densificação da dimensão terapêutica na prestação dos serviços por parte destes equipamentos. Os principais critérios de peso na decisão de institucionalização relacionam-se com a agudização de doença e/ou grau de dependência, o maior isolamento social desta população e a falta de disponibilidade da família mais direta.

Daí que, arrolado às acentuadas fragilidades registadas em termos de retaguarda familiar, se assista a um aumento da procura deste tipo de resposta por parte dos agregados domésticos, incremento esse traduzido no volume acentuado de listas de espera destes equipamentos em concreto. Os utentes que se encontram inscritos nesta resposta no sentido de garantir uma vaga posterior contribuem, concomitantemente, de forma significativa para o incremento das listas de espera. Repare-se que, neste caso, a lista de espera da Santa Casa da Misericórdia era de 160 pessoas (cf. Tabela anterior), o que reflete as carências identificadas a este nível no território e as próprias dificuldades internas das instituições quer, por um lado, na capacidade de drenagem destes números

face ao limite de lotação existente, quer, por outro, na gestão da relação entre as mensalidades cobradas e as mensalidades exequíveis de forma a gerar respostas sociais solventes nesta área. Ressalvam-se os grandes entraves encontrados no acesso dos utentes/agregados que não têm possibilidade de participar ou completar o valor das mensalidades (mesmo sob regime de comparticipação estatal parcial).

Para além do seu contributo na prestação de algumas valências, resta acrescentar que a Santa Casa da Misericórdia disponibiliza ainda, neste domínio, um Lar para idosos com carácter privado - Casa de Repouso - com capacidade para 85 idosos (cujas famílias apresentam variações mais elevadas de capital económico), detendo um nível de ocupação de 64,7%.

5.1.4. SAD (Serviços de Apoio Domiciliário)

No que diz respeito ao género de **valência mais direcionada à prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a idosos que não possam assegurar a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades do seu dia a dia** (SAD), importa ter presente que os dois SAD existentes no concelho – o da Associação do Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses (ACAIS) e o da Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira – tinham, em 2021, uma capacidade total de 135 lugares e um número total de vagas de preenchidas de 130 lugares (em regime de acordo de cooperação com a Segurança Social). Os dados demonstram igualmente que esta última entidade tinha um nível ocupação inferior, exibindo, por isso, um diferencial em relação à sua capacidade máxima de 12,5%. Ainda assim, é de salientar que, no seu conjunto, a relação entre a capacidade de resposta e o número de vagas preenchidas destes equipamentos era mais ajustada comparativamente a outras valências, como são os casos dos Centros de Dia, dado o registo geral de um nível de ocupação de 96,3%.

Tendo em consideração a informação obtida junto das instituições, e tendo em linha de conta o **aumento progressivo da população idosa, sobretudo das classes etárias mais envelhecidas, a crescente ocorrência de situações de dependência física, psíquica e social, tem exigido o aumento e a melhoria de respostas mais adequadas a estas situações, principalmente na prestação de cuidados de higiene e conforto pessoal, de fornecimento e apoio nas refeições, de acompanhamento e ajuda na toma de medicação prescrita, bem como na higiene habitacional e tratamento do vestuário de uso pessoal dos utentes.** Mesmo com uma capacidade de cobertura relativamente

importante, devemos ter em consideração que este tipo de equipamentos demonstrou ter sempre uma procura muito regular face ao crescendo de um quadro de maior isolamento social e de quebra da retaguarda familiar encontrado no território.

O discurso institucional reforça também que, subjacente a estes e outros serviços – como a aquisição de bens e géneros alimentícios, o pagamento de serviços e a deslocação a entidades da comunidade, a componente afetiva exerce muito significado para estes utentes, em especial quando as próprias instituições, na maioria dos casos, representam o único vínculo de contacto com o exterior. Ao mesmo tempo, o uso recorrente deste tipo de serviços demonstra que a população idosa do concelho prefere, sempre que possível, continuar a residir no seu domicílio, recorrendo apenas à institucionalização em situações mais extremas, até porque existe também um custo associado (mesmo em regime de comparticipação).

*

Para além das respostas acima referidas, resta acrescentar que **a Câmara Municipal de São João da Madeira continua a disponibilizar à população idosa serviços complementares e importantes** como o *Cartão Sénior Municipal*. Este apoio tem permitido estimular a participação ativa da população idosa em atividades culturais, desportivas e recreativas do concelho, valorizando o seu papel na sociedade, melhorando as suas condições de vida e potenciando as suas capacidades e os seus saberes e, ao mesmo tempo, fornece igualmente vantagens financeiras em encargos mensais, assim como ao nível do comércio e serviços. Enquadrado no âmbito das funções sociais da autarquia (previstas na Lei), esta iniciativa – que, em 2021, abrangeu 487 apoios concedidos – tem-se revelado um fator importante de desenvolvimento social, promovendo a resolução de problemas que afetam os munícipes, nomeadamente através da ajuda às franjas mais desfavorecidas económica e socialmente. Por outro lado, também o projeto *Conforto e Segurança Domiciliária* tem, em alguma medida, servido de retaguarda para esta população, dados os serviços de teleassistência/conforto e segurança domiciliária e de pequenas reparações domésticas prestados ao longo do tempo – neste caso, o número de apoios concedidos, em 2021, situava-se num total de 20.

Acrescenta-se, ainda, a existência do programa *Sénior Ativo* e do programa *Oficina do Idoso*, ambos protocolados com a Junta de Freguesia. O programa *Sénior Ativo* tem uma orientação para as atividades desportivas, tais como caminhadas, em articulação com atividades propostas por outras entidades do concelho e dirigidas a esta faixa da população e uma forte orientação para atividades culturais incluindo, quanto a estas últimas, nomeadamente, acesso a espetáculos nos Paços da Cultura e na Casa da

Criatividade, visitas ao Museu de Chapelaria, ao Museu do Calçado e ao Centro de Arte Oliva, idas ao cinema, bem como visitas guiadas a empresas que integram o percurso do Turismo Industrial de S. João da Madeira e visitas guiadas ao Parque do Rio Ul.

O programa Oficina do Idoso consiste num instrumento de apoio à população sénior bem como a pessoas deficientes e inválidas, através da implementação de um serviço de resposta rápida para pequenas intervenções domésticas adequadas às solicitações dos idosos sanjoanenses, em condição de isolamento ou vulnerabilidade social, com deficiência ou doenças prolongadas, assegurando, nomeadamente, serviços de carpintaria, serralharia, eletricidade, canalização ou outras pequenas intervenções, onde se verifique a necessidade e se enquadrem no mesmo âmbito

5.2. Pessoas com deficiência

Considerando-se as **várias respostas existentes no concelho** para esta franja da população – disponibilizadas com as finalidades de promover a sua valorização pessoal, o desenvolvimento dos níveis de autoestima e de autonomia e, em simultâneo, assegurar processos de integração social e socioprofissional bem-sucedidos, sabe-se que a principal entidade que disponibiliza, no território, equipamentos e serviços dirigidos à população com deficiência ou incapacidades é precisamente a CERCI - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de São João da Madeira.

A informação compilada, a este propósito, demonstra bem de que modo a instituição se encontra vocacionada para a prestação de serviços muito específicos (em regime de acordo de cooperação ora com a Segurança Social, ora com o Instituto de Emprego e Formação Profissional) – veja-se que, em 2021, o nível geral de ocupação das três principais valências era de 97,1%, sendo o diferencial de 2,9%, facto que é explicado sobretudo pela margem existente entre a capacidade máxima detida e o número de vagas preenchidas registada na área da formação profissional. Contudo, era visível que a capacidade se mantinha igual à frequência e que não havia discrepância entre esta e a lotação do acordo ou o número de utentes com acordo, não existindo, por este motivo, utentes sem acordo (cf. Tabela seguinte).

Encerrada, em 2019, por razões de ordem de sustentabilidade organizacional interna, a valência de CATL prestou até então um papel muito importante para o território, respondendo a uma necessidade de facilitar, numa primeira fase, a conciliação entre a vida familiar e o trabalho dos agregados destes utentes por via do apoio prestado após os horários escolares e, por outro, na sensibilização da integração destes últimos no ensino regular. As políticas relativas à deficiência têm, como se sabe, evoluído progressivamente, nas últimas décadas, reconhecendo-se que a prestação de cuidados elementares em meio institucional era insuficiente, o que motivou ao aparecimento de novas políticas/abordagens educativas e de medidas de reabilitação e integração social.

Referindo-nos, no entanto, às atuais valências, percebe-se igualmente, pelo total (significativo) de listas de espera encontradas para estas respostas sociais (n=129), a capacidade limitada da intervenção local neste domínio em concreto. Mais, essa limitação é tão evidente que deixa transparecer o carácter estruturante da procura acentuada, quer para a função residencial, quer para o desenvolvimento de atividades ocupacionais (n=107)

(cf. Tabela seguinte). Acresce, ainda, pelo que foi possível apurar²², a ausência de um serviço de apoio domiciliário especializado e diferenciado nesta área – fundamental para a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades mais instrumentais da sua vida diária, tendo em conta um complemento e/ou substituição aquando da ausência e/ou dificuldades de ajuda familiar para o efeito.

Tabela 7 – Equipamentos/Respostas sociais para a população com deficiência de São João da Madeira (total) (2021).

Resposta	Entidade (s) promotora/gestora (s)	Capacidade	Vagas preenchidas	Lugares		Lista de espera	Ocupação (%) ¹	Diferencial (%) ²
				Com acordo	Sem acordo			
Lar Residencial	CERCI SJM	9	9	9	-	54	100,0	-
CAO/CACI		40	40	40	-	53	100,0	-
Formação Profissional		20	18	18	-	22	90,0	-
TOTAL		69	67	67	-	129	97,1	-2,9

Fonte: Instituições de apoio à população idosa no concelho, 2021.

Atendendo aos dados existentes por cada valência, é, assim, de **assinalar**, em primeiro lugar, a **capacidade reduzida de acolhimento do único Lar residencial do concelho**, estrutura primordial no alojamento de utilização temporária ou permanente, de jovens e adultos com deficiência (de idade igual ou superior a 16 anos), que se encontrem impedidos de residir no seu meio familiar. O número situava-se em 9 pessoas abrangidas (em regime de acordo de cooperação com a Segurança Social) em três apartamentos interligados.

Reconhecida como uma valência que, além de contribuir para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos utentes, ajuda a promover estratégias de reforço da sua autoestima pessoal e da capacidade para a organização das atividades da vida diária, ajustando-as aos seus projetos de vida, o Lar é visto identicamente como um meio importante na promoção ou manutenção efetivas da funcionalidade e autonomia dos seus residentes. Ao mesmo tempo, segundo os depoimentos recolhidos, esta resposta decorre – num quadro generalizado de aumento da esperança média de vida destes utentes – ora, de um lado, da ausência de apoio familiar ou de proximidade (por força do falecimento dos dois progenitores ou de um deles ou então da incapacidade de retaguarda de familiares mais diretos) abrangendo, com frequência, situações declaradas de isolamento; ora, do outro, da ponderação de institucionalização (a médio prazo) aquando do término

²² Segundo o Diagnóstico Social do Município no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social (2021).

da fase de integração social (por via profissionalizante ou não). Acrescente-se, a este propósito, que foram tomadas diligências, com parecer favorável, para alargar (a médio prazo), em 30 vagas, a capacidade desta valência, algo que permitirá atenuar as fragilidades verificadas nesta matéria.

Por outro lado, e apesar do CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, constituir a valência com um maior número de lugares em regime de cooperação com a Segurança Social (neste caso, a 40 pessoas), e se destinar **na prestação de atividades que visam a valorização pessoal e a integração social dos seus utentes ou de cuidados e serviços adequados às suas necessidades e expectativas**, contribuindo, inclusive, na transição para programas de integração socioprofissional (quando aplicável), **entende-se que há uma falta de respostas às novas necessidades crescentes**. A **prioridade**, por isso mesmo, **consiste na ativação deste tipo de reposta social**, tendo-se em vista (futuramente) o alargamento da sua lotação. A sua significância para lá de advir do aumento de oportunidades para uma plena participação deste grupo-alvo na comunidade, encontra apoio no trabalho de parceria desenvolvido com os agrupamentos escolares do concelho (na área do ensino especial) em torno do PIT (Plano Individual de Transição). Este plano compreende, aquando da aproximação do fim da escolaridade obrigatória, a programação dos primeiros contactos dos jovens com a instituição com vista à sua transição e posterior encaminhamento para o CACI ou a Formação Profissional.

No que toca à área da Formação Profissional, constata-se que esta resposta, em 2021, permitia apoiar 20 pessoas com deficiências ou incapacidades (cf. Tabela anterior), desenvolvendo-se nas seguintes fases:

- i) recuperação e atualização de competências pessoais e sociais;
- ii) aquisição das competências necessárias a uma qualificação profissional ou à ocupação de um posto de trabalho;
- iii) formação em posto de trabalho.

Em parceria com o IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, esta valência tem tido um enfoque particular na aquisição e no desenvolvimento de competências profissionais mais orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho em ramos como a cozinha e a hotelaria, sendo aquela que, como vimos, não tinha o total de vagas preenchidas (daí exibir um nível de ocupação de 90%).

*

Para além destas respostas, acrescente-se que a própria Câmara Municipal de São João da Madeira dinamiza um projeto da Rede Social – o Conforto e Segurança Domiciliária – que previa a abolição de barreiras arquitetónicas. A ACAPO (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal) disponibiliza um Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação e um centro de atividades que, através da sua sede em Aveiro, apoiam pessoas residentes em São João da Madeira. Importa, ainda, destacar que o concelho de São João da Madeira, desde janeiro de 2020, integra o serviço do *Balcão da Inclusão*, em articulação com o Instituto Nacional para a Reabilitação, passando a disponibilizar um atendimento especializado às pessoas com deficiência ou incapacidade através dos serviços municipais.

6. Respostas Sociais para a Família e Comunidade

Por outro lado, sabe-se que **as necessidades de apoio às famílias não se ficam apenas pelo atendimento dos seus membros** menores, portadores de algum tipo de deficiência ou idosos quando, por vários motivos, estas não o conseguem assegurar, merecendo, portanto, a população-alvo "Família e Comunidade" igual atenção em termos de respostas sociais. Referimo-nos às **famílias de menores recursos económicos e em situação socialmente mais vulnerável** – que integram o grupo-alvo "Família e Comunidade em Geral" – e de um **conjunto tendencial de pessoas que, por força de várias circunstâncias, quebraram a sua ligação à família e à comunidade** e se incluem nos grupos-alvo "Pessoas Vítimas de Violência Doméstica", "Pessoas com Comportamentos Aditivos" e "Doentes HIV+".

Todo o conjunto diversificado de serviços e equipamentos sociais do município de São João da Madeira tem sido, em momentos diferenciados no tempo, dirigido a um grupo cada vez mais vasto de cidadãos e adaptado em função do risco social a que estes tem estado sujeitos, assumindo-se, na esmagadora maioria dos casos, como a sua única alternativa viável para a obtenção de um mínimo de dignidade humana e para o acesso a um primeiro patamar de reinserção/integração social. Independentemente do foco de intervenção, a finalidade transversal a todos eles assenta na promoção da atitude e/ou melhoria da autonomia funcional, psíquica, física e social dos utentes.

6.1. Família e Comunidade em geral

Considerando os dados relativos aos equipamentos reservados aos grupos sociais mais fragilizados social e economicamente e com maiores dificuldades de integração social – assegurados quase na sua exclusividade por entidades do setor social e também de índole internacional e não governamental –, nota-se que a cultura de solidariedade pela qual se tem orientado a própria intervenção local, neste domínio, tem incidido precisamente no combate e/ou atenuação de situações de desfavorecimento e de alguma emergência, em grande parte devido às profundas recomposições socioeconómicas sentidas, nas últimas décadas, no nosso país.

Com a finalidade última de contribuir para a redução de situações de carência alimentar, o Centro Humanitário da Cruz Vermelha Portuguesa em São João da Madeira, a Associação de Jovens «Ecos Urbanos», e o Centro Comunitário Porta Aberta da Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira, tinham prestado, em 2021, apoio a 386 famílias (cf. Tabela seguinte). Não esquecendo a Conferência S. Vicente de Paulo e S. José que disponibilizam igualmente ajuda alimentar, de uma forma mais informal²³. Constituindo uma resposta importante, que tem vindo, segundo as próprias instituições, a ver crescer o número de solicitações de apoio, a **Ajuda Alimentar** tem se destinado essencialmente a famílias jovens, famílias monoparentais, crianças e jovens, idosos e outros grupos de pessoas com comportamentos aditivos. Em articulação com outras organizações como o Banco Alimentar Contra a Fome, e através de programas como o Programa Operacional para pessoas carenciadas (POAPMC) e o Fundo Europeu de Apoio a Carenciados (FEAC), esta ajuda acolhe dois géneros de intervenção complementares entre si: uma orientada para a distribuição de bens alimentares de primeira necessidade e outra mais diversificada, atendendo igualmente a dietas específicas e intolerâncias alimentares. O POAPMC é um programa gerido no concelho pela Santa Casa da Misericórdia que abrange 104 famílias, 260 indivíduos das várias entidades que fazem atendimento e acompanhamento social.

Feitas estas observações, torna-se necessário, todavia, salientar um outro serviço importante no concelho – a **Cantina Social**. Trata-se de uma resposta de intervenção que, no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, assegura refeições diárias (almoço e/ou jantar) à população local em situações de vulnerabilidade e emergência social, destinadas preferencialmente ao consumo na própria habitação ou em espaço externo às instalações da Santa Casa da Misericórdia. O modelo de cantina social existente desde

²³ À data de 31 de dezembro de 2021, acompanhavam de forma informal, 38 famílias.

2012, sendo fornecido pela Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira, vem sendo concedido por via de um acordo de cooperação estabelecido com a Segurança Social, tendo contado com o apoio financeiro anual da Câmara Municipal, desde 2018, na disponibilização de refeições extra acordo, cobrindo, desta forma, as várias situações de necessidade identificadas no concelho²⁴.

É de referir que o Município de São João da Madeira, ao longo do ano de 2021, apoiou igualmente 885 famílias no âmbito do *Regulamento do Programa de Apoio a Famílias do Município de São João da Madeira – “S. João Solidário”*, programa que visa prestar apoio às famílias intervencionadas, no âmbito da Rede Social, que se encontram em situação de vulnerabilidade social e económica, nomeadamente, em despesas associadas à habitação, saúde, educação, transporte e bens alimentares. Este programa materializa-se em dois eixos: um dedicado ao apoio geral às famílias e um outro ao apoio nas despesas de medicação para pessoas inválidas com menos de 65 anos de idade. Este programa de apoio social a famílias de estratos sociais desfavorecidos encontra-se em estreita articulação com os Serviços da Segurança Social local, bem como com as entidades e as instituições que integram a Rede Social de São João da Madeira²⁵.

Dando resposta a um conjunto diversificado de solicitações de famílias e pessoas, das quais se destacam as questões relacionadas com i) a habitação (transmissão de titularidade e procura de residência), ii) o auxílio económico a vários níveis (desde medicação, despesas com habitação, ajudas técnicas, etc.), iii) o apoio no preenchimento de documentos legais, iv) a mediação de conflitos familiares, v) o apoio pedagógico a crianças e jovens, vi) a intervenção em áreas como a ação social, a formação profissional e a saúde (cuidados médicos e de enfermagem), entre outras, o **Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)** tem sido assegurado, no território, pela Segurança Social e pelos Centros Comunitários «Porta Aberta» e «Ecos Urbanos», além do **Protocolo de RSI (Rendimento Social de Inserção)**²⁶. Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto da Segurança Social IP., o total de beneficiários deste rendimento no concelho de

²⁴ Mais recentemente (abril de 2022), numa lógica de articulação, está a ser dinamizado o *refeitório social “Senta. Com”* – espaço dirigido a cidadãos em situação de especial vulnerabilidade social que não tenham condições para confeccionar e realizar refeições num lugar com dignidade para esse efeito.

²⁵ Fonte: <https://www.cm-sjm.pt/pt/familias-programa-de-apoio-as-familias>

²⁶ **Rendimento Social de Inserção (RSI)**: apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas. Valida-se através de um programa de inserção que integra um contrato (conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação) visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros). Este apoio pode acumular com outras pensões, subsídios e abonos. Fonte: <https://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>

São João da Madeira, em 2021, era de 304 pessoas – valor em queda face ao ano de 2011 (n=325).

À data de 31 de dezembro de 2021, havia um registo no SAAS de 429 processos ativos (cf. Tabela seguinte) de grupos em situação de vulnerabilidade, exclusão ou emergência social de que são exemplo o desemprego, o encaminhamento para formação profissional, a violência doméstica, a carência económica, o alcoolismo e a toxicodependência, entre outros. No sentido do reforço de coesão social e de atender às problemáticas que afetam esta população-alvo, estes serviços, segundo informação obtida, têm procurado mobilizar recursos adequados à sua progressiva autonomia pessoal, social e profissional e promover o planeamento das suas trajetórias de forma mais organizada e independente, reconhecido o incremento da procura desde o ano de 2018.

Em estreita ligação com os propósitos do SAAS, os dois **Centros Comunitários** do concelho – Centro Comunitário «Porta Aberta» e Centro Comunitário «Ecos Urbanos» –, dinamizados pela Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira (2000) e pela Associação de Jovens «Ecos Urbanos» (2002), têm produzido um trabalho social integrado e sistémico junto da comunidade sanjoanense, formando uma resposta social polivalente que visa precisamente o reforço da capacidade de integração e participação social destes indivíduos e famílias e, em simultâneo, o combate a percursos de exclusão social. No final de 2021, havia um registo de apoio a um total 6483 pessoas (cf. Tabela Seguinte), coexistindo, de acordo com o discurso institucional, situações tradicionais de pobreza, cujos ciclos são frequentemente difíceis de quebrar, mesmo com a ajuda prestada por estas estruturas e outras da vida local, a par das novas configurações, neste caso, resultante de processos (mais recentes e desiguais) de fragilização socioeconómica. Através do estímulo à consciencialização dos seus próprios problemas com vista à promoção da autonomia pessoal e familiar, ao exercício da cidadania e a um quadro de maior integração socioeconómica dos beneficiários, estes equipamentos constituem um polo com vista à definição de um projeto de desenvolvimento local coletivamente assumido. Daquilo que pudemos apurar da informação obtida, a manutenção de relações de confiança institucional com os utentes tem sido fundamental para responder às suas necessidades concretas, gerar condições para a mudança e permitir, em última instância, o desenvolvimento de atividades dinamizadoras da vida social e cultural da comunidade.

Tabela 8- Equipamentos /Respostas sociais para a família e comunidade no concelho de São João da Madeira (total) (2021).

Resposta	Entidade (s) promotora/ gestora (s)	Capacidade	Vagas preenchidas	Lugares	
				Com acordo	Sem acordo
Ajuda Alimentar	Centro Humanitário SJM – Cruz Vermelha Portuguesa	50	50 (famílias)	-	50
	Associação de Jovens Ecos Urbanos	-	313 indivíduos (124 famílias) ^{c)}	-	-
	Centro Comunitário Porta Aberta – SCM SJM		212 (famílias)		
Atendimento/Acompanhamento Social	Associação de Jovens Ecos Urbanos ^{a)}	-	429 processos ativos ^{c)}	-	-
Protocolo de RSI	Santa Casa Misericórdia SJM ^{b)}	-	111 famílias 213 beneficiários	-	-
Centro Comunitário	Associação de Jovens Ecos Urbanos ^{a)}	-	6301 pessoas abrangidas ^{c)}	-	-
	Santa Casa Misericórdia SJM	-	314 famílias 740 indivíduos	-	-
Acolhimento de Pessoas Refugiadas	Centro Humanitário SJM – Cruz Vermelha Portuguesa	40	-	40	-
Bazar Comunitário	AMU - Ações para Um Mundo Unido		76 pessoas abrangidas	-	-
Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção	Santa Casa Misericórdia SJM ^{b)}	31	30	29	2

Fonte: Instituições de apoio à família e comunidade do concelho e Câmara Municipal de S. João da Madeira, 2021.

Nota:

^{a)} Total = 1 (localizado na zona norte do concelho);

^{b)} Total = 1 (localizado em Fundo de Vila).

^{c)} Dados do Relatório de Atividades, reportado a 31 de dezembro de 2021 – (Eixo 1 – promoção e inclusão social; Eixo 2 – Desenvolvimento pessoal social e cultural.).

* Informação prestada em sede de entrevista.

De salientar ainda que, de forma articulada com o perfil de respostas sociais acima mencionados, e até pela força das suas próprias missões de intervenção social e humanitária, o Centro Humanitário da Cruz Vermelha Portuguesa em São João da Madeira, através do **Apoio Alimentar**²⁷ e da **Loja Social**, e a Associação «AMU - Ações para Um Mundo Unido», por via do **Bazar Comunitário**, têm assumido um papel com significado acrescido no território.

²⁷ Refira-se que, no âmbito da Rede Social, a área social tem ocupado um peso importante no conjunto de respostas disponibilizadas. O trabalho desta instituição, como vimos, tem sido realizado nesta área por via de uma relação estreita de cooperação interinstitucional, abrangendo entre as categorias mais vulneráveis à exclusão social.

Para além da **Loja Social** – resposta de intervenção e emergência com o objetivo de suprir as necessidades imediatas de pessoas ou famílias carenciadas, através da cedência (gratuita ou a um preço simbólico) de produtos ou bens (usados ou novos) doados por particulares, empresas ou comerciantes, tais como vestuário, calçado, têxteis, brinquedos, material didático e mobiliário, entre outros –, o Centro Humanitário da Cruz Vermelha em São João da Madeira tem dedicado grande parte do seu trabalho, desde 2015, no **auxílio aos imigrantes, às minorias étnicas e aos refugiados**. Em 2021, esta ONG detinha uma capacidade máxima de apoio a 50 pessoas (cf. Tabela anterior), capacidade essa importante, dada também a dimensão dos fluxos migratórios no município.

Refira-se, a este propósito, que este tipo de resposta, sendo de cariz transitório e de enfoque principal no acolhimento, encontra-se sempre associada, segundo os depoimentos recolhidos, a processos complexos de autonomização desta população em termos da sua inserção social e territorial. As dificuldades de respostas junto de outras instituições da comunidade, a ausência das redes familiares e de parentesco ou de vizinhança, as dificuldades no acesso à habitação, na língua e na própria inclusão sociocultural, e também na integração escolar dos menores, assim como no contacto com o tecido empresarial de forma a se fomentar oportunidades de emprego, constituem fatores de redobrado esforço no trabalho desenvolvido, potenciando abordagens direcionadas para um conjunto de situações muito específicas. Este trabalho também é reforçado pela intervenção da Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de S. João da Madeira, que deste 2018 acompanha migrantes chegados ao concelho. Dai a relevância deste tipo de resposta no município em prol da reinserção social destas comunidades, através do reforço do acesso a serviços e oportunidades essenciais, tendo por base uma política local de antidiscriminação.

Por sua vez, o **Bazar Comunitário** da Associação «AMU - Ações para Um Mundo Unido», a funcionar desde 2012, trata-se de uma loja social onde se vendem, a baixo preço, artigos, utilidades diversas e bens (seminovos e usados). As receitas provenientes das vendas, para além de reverterem para as atividades da instituição, são, à semelhança do espaço da Cruz Vermelha, direcionadas para as respostas e programas sociais da cidade de São João da Madeira, nomeadamente para os Centros Comunitários, de acordo as necessidades encontradas no território. Num esforço coletivo de encontrar soluções para as famílias em situações de maior vulnerabilidade e privação, e se poder atender devidamente às suas necessidades e, ao mesmo tempo, introduzir eventuais melhorias na sua situação de carência socioeconómica, o trabalho desta associação – que, em 2021, apoiava 76 pessoas – tem sido realizado em próxima articulação com os técnicos dos

Centros Comunitários. Dependente igualmente do voluntariado, crucial no assegurar do seu regular funcionamento e da logística envolvida nas diversas atividades existentes, os contributos para a sustentação deste projeto decorrem igualmente da doação de bens e artigos e das compras efetuadas no Bazar.

Por fim, resta acrescentar também a existência, desde 2007, no território de uma **Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção** – resposta de saúde e apoio social desenvolvida em regime de internamento não hospitalar com capacidade para 31 pessoas, realizada pela Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira. Esta unidade caracteriza-se pela prestação de cuidados de natureza preventiva, recuperadora e paliativa, independentemente da idade dos utilizadores e abrangia, em 2021, um total de 30 pessoas (29 das quais em regime de cooperação), sendo a gestão de internamentos e de vagas realizada pela Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. Os utentes internados usufruem de vários serviços, prestados por um total de cerca de 40 trabalhadores, que contribuem para o aumento do seu bem-estar e qualidade de vida, tais como: atividades de manutenção e estimulação; cuidados médicos e de enfermagem diários; apoio psicossocial; controlo fisiátrico periódico; fisioterapia, terapia ocupacional e terapia da fala; higiene, conforto e alimentação prescrita por nutricionista e apoio no desempenho das atividades de vida diária. Cada utente é avaliado e tratado por uma equipa multidisciplinar que elabora um Plano Individual de Cuidados em conjunto com o próprio utente ou com o seu representante.

6.2. Pessoas vítimas de violência doméstica

Sobre os serviços locais que prestam apoio, encaminham e acolhem as pessoas vítimas de violência doméstica, tendo em vista a sua proteção, importa ter presente que, desde 2005, o município de São João da Madeira conta com um Gabinete de Apoio à Vítima (GAV), sito na Esquadra local da Polícia de Segurança Pública (PSP), que proporciona um atendimento especializado e resposta à problemática da violência contra as mulheres, mas também a outros grupos vulneráveis a este tipo de fenómeno, tais como a população idosa, a população com demência, adições ou a população portadora de deficiência.

Além do mais, desde 2020, o concelho dispõe de uma nova estrutura de apoio, de atendimento e acompanhamento de cariz social, psicológico e jurídico, – Estrutura de Atendimento à Vítima - "Aurora" – cujo objetivo consiste em, a partir de uma perspetiva abrangente, promover a capacitação e a autonomização de vítimas de violência doméstica e de violência de género, tendo em conta a prevenção da violência, da proteção das mulheres em risco de violência, da criminalização das pessoas agressoras e da adoção e promoção de políticas integradas²⁸. Dados de 2021 indicavam que esta estrutura tinha acompanhado até então 49 utentes.

Importa, ainda, referir que o município tem desenvolvido um trabalho em rede, coordenado pela Casa dos Choupos - Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL /Espaço Trevo, que consiste num projeto de combate à violência contra as mulheres, à violência doméstica, violência de género e no namoro, desenvolvido no âmbito da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria²⁹ que, através do Protocolo de Territorialização da Rede de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, estabelecido com o Governo da República em julho de 2020, tem como objetivo a melhoria de resposta de prevenção, proteção e combate às vítimas de violência, promovendo as condições e a articulação necessárias ao atendimento, encaminhamento, apoio e proteção das vítimas (cf. Tabela seguinte).

²⁸ A criação deste gabinete insere-se, assim, no quadro da prevenção e do combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, de eliminação dos estereótipos e combate à discriminação, que constituem objetivos essenciais da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 "Portugal + Igual".

²⁹ Associação que, para além de contemplar o município de São João da Madeira, abrange os concelhos de Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra.

Tabela 9 – Equipamentos e serviços disponíveis/Respostas sociais na prevenção e combate à violência no concelho de São João da Madeira (total) (2021).

Estruturas/Respostas Sociais
GAV (Gabinete de Apoio à Vítima)
Estrutura de Atendimento à Vítima – Aurora
Casa dos Choupos (Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL) – Espaço Trevo

Fonte: Município de São João da Madeira, 2021.

6.3. Pessoas com comportamentos aditivos e Doentes HIV+

A intervenção local junto destes subgrupos populacionais é desenvolvida, exclusivamente, desde 1999, pela Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira – Trilho - Unidade de Apoio a Toxicodependentes e Seropositivos – que, como podemos ver, disponibiliza à comunidade uma **Equipa de Intervenção Direta** e um **Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial**. Estas duas respostas atendem a situações distintas, mas complementares entre si: a primeira, está muito centrada no apoio e intervenção junto da população com comportamentos aditivos, assim como as famílias afetadas por esta problemática; a segunda, é dirigida a pessoas infetadas com o VIH/SIDA e suas famílias, sendo orientada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

No caso da Equipa de Intervenção Direta, e tendo em conta o que foi possível apurar junto da instituição, o trabalho desenvolvido tem-se focado numa abordagem essencialmente de prevenção e de sensibilização primárias com vista a fomentar a integração da população-alvo em processos de recuperação, tratamento e reinserção social. Adotando uma relação de proximidade, em articulação com entidades estatais de apoio neste domínio, este tipo de resposta tem procurado despistar e prevenir situações/comportamentos de risco, sensibilizando para a mudança de comportamentos e o abandono (na grande maioria dos casos) de substâncias psicoativas e de álcool, incentivando, sempre que possível, a cooperação e o envolvimento da família ou de elementos próximos dos utentes, nomeadamente, através da informação, da motivação, do apoio social e do encaminhamento no processo de recuperação e de reinserção social. Por seu turno, o Centro de Atendimento e de Acompanhamento Psicossocial, reduzido a um apoio de 6 a 7 utentes infetados com o VIH/SIDA, tem mantido como propósito de

prestar a informação, a orientação e o apoio necessários a estas pessoas e suas famílias, contribuindo para o restabelecimento do seu equilíbrio funcional e precavendo, em última instância, situações de exclusão social e familiar.

Tabela 10 – Equipamentos/Respostas Sociais para pessoas com comportamentos aditivos e doentes HIV+ no São João da Madeira (total) (2021).

Resposta	Entidade (s) promotora/ gestora (s)
Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial Doentes HIV+	Santa Casa Misericórdia SJM
Equipa Intervenção Direta (comportamentos aditivos)	

Fonte: Instituições de apoio à família e comunidade do concelho, 2021.

7. Respostas Sociais para a Saúde Mental

Assumindo a **saúde mental cada vez mais uma importância crescente na sociedade portuguesa, a promoção de criação de novas respostas sociais nesta área**, no concelho de São João da Madeira, tem sido alvo de gradual preocupação e interesse. A aposta em estruturas e equipamentos voltados quer para o atendimento dos utentes que, numa dada fase da sua vida, demonstram algum tipo de desequilíbrio, com reflexos nas dificuldades acrescidas de adaptação e satisfação diárias, quer na intervenção precoce, com vista à prevenção de complicações futuras, ou ainda na facilitação de processos de recuperação e de reinserção social em situações mais crónicas, parece ser uma condição indispensável no apoio mais efetivo ao grupo-alvo "Pessoas com Doença de Foro Mental e Psiquiátrico", em especial quando é reconhecida, a nível nacional, a organização desajustada dos serviços de psiquiatria, a sua concentração em grandes instituições centralizadas e pouco articuladas com os cuidados de saúde primária (Plano Nacional para a Saúde Mental, 2017).

7.1. Pessoas com Doença de Foro Mental e Psiquiátrico

Considerando-se aqui as **respostas existentes no concelho** para este grupo-alvo, sabe-se que é **através dos serviços públicos do Hospital** de São João Madeira, designadamente os de Psicologia Clínica e Psiquiatria, que os munícipes do território e dos concelhos limítrofes têm um primeiro acesso aos cuidados de saúde nesta área.

Trabalhando em articulação com estes serviços e com o Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga e recebendo referências de utentes do município e dos restantes da região de EDV, será de **ressaltar o papel da entidade «MenteMovimento - Associação Pró-Saúde Mental Entre o Douro e Vouga»**, criada em 2016³⁰, no desenvolvimento de atividades de apoio, formação, intervenção, avaliação e investigação no domínio da saúde mental comunitária e de reabilitação psicossocial de pessoas com experiência de doença mental e suas famílias e/ou cuidadores.

De entre o conjunto de respostas integradas de cuidados de saúde e de apoio social dirigidas a pessoas com doença mental grave, de que resulte notória incapacidade psicossocial, ou então a pessoas que se encontrem em situação de dependência física,

³⁰ Por um grupo de pessoas com experiência profissional na área e por familiares interessados em apostar em processos de reabilitação desta população-alvo, de forma digna e consistente, com vista à sua maior integração sociofamiliar e profissional.

psíquica ou social (de cariz transitório ou permanente), esta associação tem disponibilizado (em exclusivo) uma resposta social³¹(ainda sem acordo com o ISS, IP) – a Unidade Sócio Ocupacional, com capacidade de acolher, em 2021, 30 utentes. No final deste ano, esta apresentava uma lista de espera de 10 pessoas, não detendo grande margem de manobra na gestão do nível de ocupação e do índice de procura, dada o encaminhamento que é feito através do trabalho protocolado com a instituição hospitalar de referência.

Intervindo numa população com moderado e reduzido grau de incapacidade psicossocial, clinicamente estabilizada e que, de algum modo, apresenta disfuncionalidades na área relacional, ocupacional e de integração social, esta unidade tem procurado integrar programas que vão desde: as i) oficinas sócio ocupacionais (de expressão corporal, teatro, informática, atividade física, música, etc.); ii) os grupos terapêuticos (que incluem tanto a intervenção psicoeducativa multifamiliar, como atividades de relaxamento, de treino de competências sociais e tarefas instrumentais da vida diária, de ativação comportamental e estimulação cognitiva) e iii) os acompanhamentos individuais (em psicologia, terapia ocupacional e apoio social) e em formato *Open Dialogue*³².

Tabela 11 – Equipamentos/Respostas Sociais para as pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico no concelho de São João da Madeira (creche) (2021).

Resposta	Entidade (s) promotora/gestora (s)	Capacidade	Vagas preenchidas	Lugares		Lista de espera	Ocupação (%) ¹	Diferencial (%) ²
				Com acordo	Sem acordo			
Unidade Sócio Ocupacional	Associação Mente em movimento	30	30	.	30	10	100,0	-

Fonte: Instituições de apoio a pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico no concelho, 2021.

Notas: ¹ Cálculos próprios: vagas preenchidas/capacidade*100; ² Diferencial= Ocupação % - 100.

³¹ Integrada na Rede de Cuidados Continuados em Saúde Mental.

³² Esta abordagem terapêutica, com origem na Finlândia, emerge da perceção (da parte dos profissionais desta área) da necessidade de se investir num trabalho de carácter horizontal, i.e., de partilha e envolvimento entre o utente e a família e/ou pessoas próximas em regime de diálogo aberto (e não somente com base nas diretrizes do terapeuta), atendendo às suas necessidades e aos seus interesses.

8. Desenvolvimento Social Local

O conceito de desenvolvimento social refere-se tanto ao capital humano como ao capital social de uma sociedade, impulsionar assim o desenvolvimento social local, é um desafio conjunto da sociedade, fomentando dinâmicas cada vez mais colaborativas entre entidades públicas e privadas. Uma promoção de um bom desenvolvimento social deve encorajar as parcerias com organizações representativas da sociedade civil e mecanismos de associação e participação de pessoas, eliminando assim formas de discriminação sobretudo de pessoas em situação de exclusão social.

8.1. Projetos de Desenvolvimento Comunitário

Procurando expressar as dinâmicas cada vez mais colaborativas de planeamento e operacionalização de projetos de intervenção comunitária, apresenta-se de seguida e de uma forma sucinta a existência de projetos de intervenção/desenvolvimento social e/ou comunitários, em diferentes domínios³³:

Grupos Vulneráveis

Nome do projeto: TINTA DE LIMÃO

Atividades: oficina de dança, oficina de defesa pessoal, oficina de expressões, oficina de emoções, clube agulha e dedal, mediação parental e autarquia de bairro/mediação jovem

Destinatários: crianças e jovens dos 6 aos 18 anos, famílias, idosos

Financiador: Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - Programa Bairros Saudáveis

Nome do projeto: LUGARES DE ENCONTRO

Atividades: Teatro Fórum, Clube Avental, oficinas multidisciplinares, oficinas para filhos/as

Destinatários: Agregados monoparentais femininos, filhos/as

Financiador: EEA Grants – Programa Cidadãos Ativ@s gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian em consórcio com a Fundação Bissaya Barreto

Nome do projeto: TRAPÉZIO COM REDE

³³ Projetos ativos no território à data de 31 de dezembro de 2021.

Atividades: Ao nível ocupacional, ao nível pré-profissional (promoção de competências de empregabilidade); e ao nível dos agentes económicos e sociais locais (dinamização de ações de sensibilização para a inclusão).

Destinatários: consumidores de substâncias aditivas em processo de recuperação.

Financiador: PORI – Eixo Reinserção

Nome do projeto: FAMILIARTE

Atividades: Dinamização de atividades culturais e de inclusão pela arte

Destinatários: pessoas adultas em situação de desemprego e isolamento social

Nome do projeto: CARTAS AO PAI NATAL

Destinatários: crianças dos 0 aos 11 anos das famílias acompanhadas pelo Centro Comunitário

Apoios: madrinhas e padrinhos que apadrinham as cartas via facebook

Cultura

Nome do projeto: CULTURA CONJUNTA

Atividades: Saídas culturais, com o objetivo de aproximar os sanjoanenses à cultura

Destinatários: pessoas em situação de vulnerabilidade económica e social

Apoios: Junta de Freguesia de S. João da Madeira e Câmara Municipal de S. João da Madeira

Nome do projeto: OFICINA DE TEATRO – OFICINA DE ARTISTAS

Atividades: Atividades de expressão criativa, que parte das ferramentas do teatro, da dança e da escrita criativa.

Destinatários: crianças e jovens dos 6 aos 16 anos

Apoios/Parcerias: Oliva Creative Factory

Nome do projeto: CULTURA PARA TODOS

Atividades: Dinamização de práticas artísticas e culturais diversificadas, com especial enfoque na Música, Teatro, Artesanato, Dança e Artes Manuais

Destinatários: as pessoas em situação de vulnerabilidade económica e social

Apoios: Câmara Municipal de S. João da Madeira

Nome do projeto: INTERFERÊNCIAS 1.0

Atividades: visitas orientadas, dinamização de ações de capacitação multidisciplinares (escrita, som, corpo, artes plásticas), ações de construção criativa que resultam num objeto artístico e num total de cinco ações.

Destinatários: pessoas em situação de vulnerabilidade económica e social

Apoios: Câmara Municipal de S. João da Madeira

Educação e Formação

Nome do projeto: APOIO PEDAGÓGICO

Destinatários: crianças e jovens de famílias em situação de vulnerabilidade económica e social

Apoios: Banco Local de Voluntariado de São João da Madeira

Nome do projeto: Ciclo de Oficinas Viver com Vital_Idade (Online)

Destinatários: População Sénior

Apoios/Colaboração: Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia e a Associação Portuguesa de Psicogerontologia

Nome do projeto: Ciclo Circulação de Saberes| Seminário Internacional (Online)

Destinatários: Educadores/professores

Nome do projeto: Ciclo Matrizes de Conhecimento 2021 (Online) com a sessão "Mediação de Conflitos: da Família à Multiculturalidade"

Destinatários: Educadores/professores

Apoios/Colaboração: Procuradoria Geral da República e a Cruz Vermelha Portuguesa

Não obstante estes projetos, com particularidades mais transversais destaca-se a resposta no âmbito do desenvolvimento comunitário, nomeadamente o Banco Local de Voluntariado de São João da Madeira.

9. Avaliação da Perceção sobre os Equipamentos Sociais

Enquanto ferramenta ativa de apoio à tomada de decisão no que concerne ao planeamento da política de ação social local, a **Carta Social deverá ser encarada como um documento com potencialidades na produção de informação relevante no conhecimento da realidade socioeconómica do Município de São João da Madeira** e, paralelamente, da **própria rede de instituições/equipamentos** que, no território, prestam **respostas sociais diversificadas segundo o grupo-alvo de atuação**.

Nesse sentido, neste ponto procura retratar-se, com base nas perceções de alguns elementos com responsabilidade nos equipamentos sociais locais³⁴, a avaliação realizada em torno de alguns itens que vão desde:

- 1) o perfil de utentes ou familiares;
- 2) os motivos de escolha;
- 3) a situação das instalações e a adequação do número de efetivos às necessidades existentes.

As dimensões de análise são perspetivadas numa lógica de recolha da sensibilidade da apreciação feita sobre as respostas sociais e de algumas das suas forças e fragilidades, permitindo obter algumas pistas para se compreender traços de mudança ou manutenção dos serviços prestados.

9.1. Respostas Sociais para a Infância e Juventude

Tendo em conta a informação apurada, a ação e a presença deste conjunto de valências – Creche, Educação Pré-Escolar e CATL – resulta como uma resposta ao aumento generalizado da procura educativa e de assistência a que se vinha assistindo, desde há algum tempo, no território. O alcance da oferta educativa era, num passado mais distante, muito limitado, o que fez com o que, à medida que se foi acentuando uma notória

³⁴ Foram realizadas entrevistas, ao longo do mês de junho de 2022, com responsáveis das entidades locais que gerem equipamentos/respostas sociais nas seguintes áreas de intervenção: Educação, Crianças e Jovens em Risco, Idosos, Deficiência, SAD, Família e Comunidade, Violência Doméstica, Comportamentos Aditivos, Saúde Mental. Foram auscultadas um total de 13 entidades (Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira; Associação de Jovens Ecos Urbanos; Centro Humanitário da Cruz Vermelha de S. João da Madeira; Associação É Bom Viver; ACAIS; CERCI; Associação de Professores de Terras de Santa Maria; ATL Gente Miúda; Associação de Apoio à Educação; Creche Albino Dias Fontes Garcia; Universidade Sénior; Associação Mentemovimento e AMU – Associação Mundo Unido. Este ponto, reflete as perceções dos entrevistados relativo aos itens abordados em entrevista.

tendência de especialização dos próprios equipamentos sociais destinados à primeira infância e à juventude, a dinâmica de procura se tivesse mantido regular ou bastante ativa.

9.1.1. Perfil dos utentes³⁵

Encarados como fatores facilitadores decisivos para a conciliação entre a esfera familiar e profissional dos agregados domésticos abrangidos, numa lógica de partilha equilibrada de responsabilidades e de cuidados dos destinatários, de modo a se tentar minimizar certas penalizações (sociais) que resultam de uma plena integração das famílias no mercado de trabalho (com reflexo na gestão dos horários e dos tempos de trabalho), o conjunto de instituições inquiridas destaca que, na atualidade, o perfil global de famílias abrangidas indicava a relativa incidência de famílias nucleares, não sendo de excluir a relativa importância das famílias monoparentais femininas e (em menor peso) as famílias reestruturadas/recompostas e/ou a viver em regime de coabitação com outros elementos.

Apesar do espetro social das famílias a utilizar este tipo de respostas ser bastante alargado³⁶, para o conjunto daquelas que eram abrangidas pelos regimes de cooperação social, e que, por motivos de fragilização material e/ou agravamento da sua condição socioeconómica e profissional, recorrem a estes serviços, notava-se a prevalência dos níveis de escolaridade elementar e intermédio.

Por outro lado, ressaltam que a maioria residia no concelho de São João da Madeira ou em municípios contíguos como o de Oliveira de Azeméis e de Santa Maria da Feira. Neste último caso, deter as melhores condições de acessibilidade e garantir o “bem-estar” familiar e a proximidade ao local de trabalho era, à partida, muito importante para o conjunto de grupos domésticos que usam diariamente estes serviços.

Em paralelo, não deixa de ser importante revelar o significado da presença de alguns utentes de nacionalidade estrangeira, muito por força do histórico do próprio concelho no acolhimento dos fluxos migratórios (mais diretamente relacionados com o trabalho).

³⁵ Cientes de alguma diversidade social existente na caracterização do perfil dos utentes e respetivas famílias, e não se pretendendo realizar qualquer generalização abusiva, considera-se que esta informação, resultante da avaliação percecional realizada pelos responsáveis destes tipos de respostas existentes (e que não esgota a realidade observada), constitui, apesar de tudo, um ponto de leitura pertinente para compreender as dinâmicas sociais locais encontradas no território. Esta nota é válida para as restantes respostas sociais elencadas no documento.

³⁶ Não pesando aqui fatores como a gratuidade de apoio pedagógico ou socioeducativo ou a ausência da concorrência do setor público.

9.1.2. Motivos de escolha do equipamento

Entre os principais motivos apontados pelas instituições inquiridas serão de equacionar dois – um de ordem necessariamente financeira e um outro de cariz territorial e de relação com o meio.

Todos apontam, na realidade, para a relevância do baixo custo e/ou do peso do protocolo prestado com a Segurança Social como um meio imprescindível de assegurar a ocupação e a frequência dos utentes ao serviço, e em especial aos impactos que tal gera no rendimento global disponível dos grupos domésticos (predominantemente reduzido). As dificuldades e necessidades daqueles economicamente e socialmente mais fragilizados desempenham um papel-chave nesta matéria.

Para lá das fragilidades encontradas no apoio a atividades básicas ligadas ao desenvolvimento (físico e social) saudável das faixas etárias mais novas, destacam-se, no caso das faixas etárias seguintes, as debilidades de prestação de acompanhamento (próximo e concreto) a nível psicológico e pedagógico por parte das famílias.

Ao mesmo tempo, e em particular neste tipo de respostas sociais, a territorialidade assume-se identicamente como um fator de grande relevo na ponderação de seleção. Note-se que, por motivos (praticamente) determinantes da área de residência, tanto a localização (seja pela proximidade da zona de residência ou pela centralidade assumida nas pendularidades casa-trabalho), como a proximidade e/ou inclusão nos estabelecimentos de ensino são encarados como decisivos para um cenário de adesão. Em simultâneo, entendem que a sua localização faz elevar, em geral, os níveis de segurança (em termos espaço-temporais), assegurando-se um efetivo acompanhamento durante os períodos diários, pré-escolar e pós-escolar.

Para além disso, pesa, no apoio ao desenvolvimento pessoal e social dos seus destinatários, o reconhecimento público da relação de confiança que geralmente se encontra associado a certas instituições, muito graças à qualidade do trabalho implementado, no decurso do tempo, no território, mas também à própria rede de interconhecimento local, entretanto, desenvolvida (baseada nos contextos familiares, de vizinhança e laborais).

9.1.3. Avaliação das instalações e das condições infraestruturais

Quando colocada a questão acerca da avaliação das condições infraestruturais das instalações, conclui-se, de acordo com o reportado, existir, globalmente, uma adequação e ajuste às necessidades existentes.

É preciso ter em linha de conta que, seja sob o regime de propriedade ou de cedência, tem existido nos últimos anos um esforço muito claro por parte das organizações na qualificação das suas infraestruturas.

A aposta na melhoria das condições de operacionalidade dos equipamentos sociais, tendo como objetivos aumentar o conforto, a salubridade, a funcionalidade, a segurança e a acessibilidade das construções, assim como a autonomia energética e qualidade ambiental – até para cumprir o quadro de critérios técnicos e legais exigidos – tem sido regular.

Referindo-nos às *creches e estabelecimentos de educação pré-escolar*, verifica-se que, nalguns casos, nomeadamente quando os próprios edifícios se encontram datados, o investimento tem sido mais forte, geralmente com o apoio de candidaturas públicas e do Centro Distrital da Segurança Social e, em alguma medida, a partir de financiamento próprio. Em paralelo, têm sido priorizados também espaços com fins coletivos ou exteriores (quando aplicáveis) como meio de garantir contacto e/ou fruição mais frequentes dos utentes com a natureza.

Já no que toca aos *CATL*, a intervenção da rede pública escolar tem salvaguardado, genericamente, as melhores condições, havendo uma relação de cooperação institucional na cedência e disposição de espaços interiores. Apenas um, que não se localiza no próprio estabelecimento escolar, carece de melhorias.

Há que aludir, ainda, que num dos casos em que há *acompanhamento ao estudo de crianças e jovens* do território, as instalações foram avaliadas como satisfatórias para a finalidade em causa, embora se denote a necessidade de melhorias para as atividades de carácter desportivo e lúdico.

9.1.4. Adequação do número de efetivos

Por outro lado, cingindo-nos à avaliação feita sobre a adequação do número de efetivos (pessoal técnico, auxiliar e administrativo) às necessidades/responsabilidades existentes, a informação coligida aponta para algumas dimensões que merecem alguma

atenção, sobretudo quando o que está em causa se prende com a valorização do pessoal afeto, com a finalidade de reforçar a sua competência e eficácia e, nesse sentido, contribuir para uma resposta de maior qualidade.

Nos diferentes depoimentos recolhidos junto das *creches e dos estabelecimentos de educação pré-escolar*, ressalta, num primeiro plano, a necessidade constante de formação (interna e externa) do pessoal com categorias profissionais auxiliares como forma de salvaguardar o apoio (bem-sucedido) no processo de socialização das crianças e de corrigir aspetos a melhorar no exercício das atividades diárias com esta população, assim como de repensar estratégias e abordagens na programação das atividades sociopedagógicas nos diferentes espaços dos equipamentos. Num segundo plano, e mesmo reconhecendo a suficiência em termos de efetivos, a admissão de pessoal, sempre que necessário, tem sido um recurso utilizado.

Já no que diz respeito aos *CATL*, denota-se uma relação ajustada entre os recursos humanos existentes e a capacidade de resposta (cobrindo, neste caso, os diferentes horários de acompanhamento e apoio).

No caso do equipamento em que há o *acompanhamento ao estudo de crianças e jovens* do território e também o desenvolvimento de atividades de cariz recreativo, nota-se uma gestão mais trabalhosa devido às dificuldades de cobertura/recrutamento de pessoal aquando do período de férias.

9.2. Respostas Sociais para a População Adulta

Globalmente, de acordo com o reportado, a **análise da distribuição das respostas sociais no território municipal destinadas à população idosa permite concluir a prioridade que deve ser dada a este grupo-alvo em matéria de política de ação social** face aos desafios decorrentes do duplo envelhecimento local, trazidos no aumento muito significativo e generalizado da procura deste tipo estruturas e diversidade de valências.

Por outro lado, o próprio município, em termos de intervenção social **junto dos cidadãos com deficiência, procurando fazer com que as respostas sociais existentes se adaptem às suas necessidades específicas**, deve estar atento às limitações encontradas e à ausência de novas respostas, ajudando ao desenvolvimento de medidas especializadas que visem (o mais possível) promover a integração social desta população-alvo.

9.2.1. Perfil dos utentes

Reconhecendo os processos de vulnerabilidade a que *população idosa* do território tem estado sujeita tanto em matéria de autonomia e de integração social, como de condição de saúde, as intuições locais designadas ao seu apoio (em regime residencial ou de assistência domiciliária) são também unânimes em identificar mudanças no perfil de ocupação das suas valências. Verificam que os "grandes idosos" e a "quarta idade" (acima dos 80 anos de idade) começam a tornar-se cada vez mais comuns e a ganhar volume no regime de SAD e de ERPI, por contraponto aos Centros de Dia onde prevalecem, na sua maioria, os utentes "clássicos" (entre os 65 e os 70 anos de idade), facto que se justifica pela ponderação diferenciada de graus de dependência e autonomia, com tradução em distintos níveis de assistência³⁷. Ainda assim, e face à forte especialização deste género de respostas do território, um dos casos não deixa de incluir (ainda que de forma mais residual) população mais jovem – neste caso, com limitações e incapacidades do foro cognitivo ou de locomoção.

De forma geral, para os *equipamentos que prestam as valências de SAD, Centro de Dia e ERPI* em regime de cooperação, notava-se uma distribuição relativamente equitativa em termos de género, embora houvesse um registo importante dos utentes do sexo feminino (na sua maioria residentes no concelho de São João da Madeira ou zonas limitrofes). A par da exibição de níveis de instrução menos qualificados, regista-se que a

³⁷ Aqui os níveis podem cingir-se a apenas algumas ou em todas as atividades da vida diária.

origem socioprofissional dos utentes era reveladora também da forte vocação industrial (e, alguma medida, comercial) deste concelho.

Contrariamente ao perfil identificado nas estruturas anteriores, cuja orientação foi, como referido, muito direcionada para a dotação de atividades básicas do quotidiano, o discurso dos responsáveis pelos *equipamentos destinados em ocupar os tempos livres* dos seus associados – frequentemente em situação mais ativa socialmente³⁸ – indicava, um perfil composto pela forte presença feminina, pela importância relativa de níveis de qualificação escolar intermédios e grande prevalência de associados oriundos de concelhos como Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira.

Na área da reabilitação e integração das *pessoas com deficiência*, verificava-se que a população-alvo, em CACI, sendo equilibrada em matéria de género (apesar da proporção ligeiramente superior dos utentes do sexo masculino), era maioritariamente adulta (delimitada principalmente entre o grupo etário dos “26 aos 45 anos de idade”) e residente em São João da Madeira, embora não seja de ignorar o peso da proveniência de concelhos como Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis. Além do mais, detinha níveis de escolaridade compatíveis para a aquisição das certificações mínimas exigíveis pelo mundo profissional – situadas essencialmente no “UAEM 1.º Ciclo” e no “3.º Ciclo (CEI)”.

Uma parte importante das tipologias de deficiência registadas neste equipamento encontrava-se concentrada na “deficiência intelectual”, existindo no universo de utentes alguma diversidade de graus de dependência, embora com maior significância para os graus “independente” e “parcialmente dependente”.

Será, ainda, de mencionar que, no conjunto das valências considerado – aqui integrando também a área da formação profissional³⁹ –, a população-alvo exibia uma esperança média de vida mais elevada, fixando-se (em termos médios) nos 40 anos de idade. A grande maioria das famílias apresentava recursos financeiros médios baixos e níveis de escolaridade reduzidos.

³⁸ Há que ter presente que inclusão de outras faixas etárias (quer por força da situação de desemprego, de doença ou inatividade, quer por inflexão na dinâmica de procura) tem contribuído para algum rejuvenescimento interno.

³⁹ Que acolhia utentes de outras localidades geográficas, tais como Arouca e Ovar.

9.2.2. Motivos de escolha do equipamento

As principais motivações na escolha destes equipamentos obedecem, igualmente, a critérios diferenciados consoante o género de resposta social proporcionada.

No caso das estruturas que prestam as *valências de SAD e Centro de Dia* em regime de cooperação, denota-se que tanto a capacidade alargada – para lá da tradicionalmente tipificada em regime de cooperação protocolar –, como a especialização (em termos de qualidade) no tipo de serviços prestados no território são, segundo os depoimentos prestados, sinónimo de preferência. De facto, e à semelhança do que foi apontado para as valências reservadas à infância e juventude, os impactos da territorialidade dos serviços e da rede de relações, criada no decurso tempo, muito assente na confiança institucional, têm assegurando a implantação destes grupos-alvo (e respetivos agregados familiares), constituindo um fator de maior coesão social.

No que toca aos *equipamentos mais centrados na ocupação dos tempos livres* dos seus associados, as razões de inscrição destacadas prendem-se, de acordo com o que foi apurado, essencialmente com o cenário de elevado grau de integração social disponibilizado pelo conjunto (dinâmico) de atividades desenvolvido (algumas em exclusividade) – atividades essas promotoras de bem-estar psíquico e físico e de espírito de entreajuda e partilha (individual e coletivo) no universo de utentes envolvidos. Será de salientar, a par do baixo custo das quotas aplicadas, a relevância dada a estes equipamentos no combate a processos de segregação, isolamento, solidão e de vulnerabilização emocional.

Apesar da exclusividade de resposta na *área da deficiência* no território, e a sua influência na adesão e frequência das valências, a aproximação do fim de escolaridade obrigatória desta população é enunciada, nos casos do CACI e da Formação Profissional, como fator decisivo de seleção. São ressaltadas, sobretudo, as fortes expectativas (nem sempre totalmente superadas) da parte das famílias na obtenção de um apoio em termos formativos, com vista ao desempenho de uma atividade profissional desta população. Deste modo, a instituição não é procurada como um fim em si mesmo.

Nestas e na restante valência, pesam também as próprias reconfigurações familiares: na impossibilidade de retaguarda familiar ou perante as dificuldades acrescidas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, a instituição é vista como uma solução viável de apoio e de prestação de cuidados (à medida que também este grupo-alvo vai envelhecendo).

9.2.3. Avaliação das instalações e das condições infraestruturais

No que diz respeito às condições infraestruturais das instalações, percebe-se, segundo o que foi transmitido, genericamente, uma relação de adequação e ajuste às necessidades existentes, muito especial nos equipamentos que prestam apoio residencial (integral ou parcial) à população idosa.

Relativamente às estruturas com as *valências de SAD, Centro de Dia e ERPI* em regime de cooperação, salienta-se que, à semelhança das respostas sociais para crianças e jovens, o investimento contínuo na reabilitação e reestruturação dos espaços.

Se é certo que uma das estruturas, sendo mais recente (anos 2000) e tendo visto alargar há uma década atrás as suas instalações, denuncia satisfação em termos de conforto das condições de operacionalidade das diferentes áreas de atuação e da centralidade do equipamento no quadro social local, também é verdade que esta tem já previsto uma nova intervenção/alargamento, tendo o Município cedido gratuitamente um terreno contíguo às instalações atuais com tal objetivo. A requalificação dos serviços prestados de SAD e de Centro de Dia é, pois, identificada a curto/médio prazo como prioritária.

Por outro lado, é de salientar identicamente o esforço e o investimento da outra instituição em ajustar modelos infraestruturais do passado que, pensados e contruídos (na sua maioria) à época (anos de 1980), nem sempre vão atendendo aos critérios de acesso e de mobilidade necessários e em função aos seus objetivos. Ciente da existência de algumas fragilidades em matéria de promoção de índices de maior privacidade junto dos utentes e do rácio (mais empobrecido) de fruição de espaços comuns e individualizados, a instituição tem procurado solucionar, ao longo do tempo, algumas destas questões materiais e características do edificado. Ao mesmo tempo, tem dado prioridade a espaços com fins coletivos ou exteriores (quando aplicáveis) como forma de assegurar um maior contacto e/ou fruição dos utentes com os espaços verdes disponíveis. Não obstante estes dados, destaca como fatores positivos a localização estratégica das instalações no perímetro urbano da cidade, a centralidade das vias de comunicação circundantes e as boas condições de acessibilidade do lugar onde se encontra implementada.

Por seu turno, o discurso dos responsáveis *pelos equipamentos destinados em ocupar os tempos livres dos seus associados* colocam a tónica na importância das novas e atuais instalações visto que – permitindo, num dos casos, a conjugação das aulas de cariz

teórico e prático e, no outro, a ala de convívio, e assegurando (em ambas) o usufruto de um espaço gimnodesportivo municipal para a prática de atividade física – vieram contribuir significativamente para a participação mais plena dos seus associados na vida social e cultural local e para níveis de vida e de bem-estar mais satisfatórios.

Em termos globais, pode dizer-se que, a avaliar pela informação mais recente concedida pelo *equipamento destinado à população com deficiência*, têm estado em curso obras de ampliação (dos WCs e do espaço de refeitório), de recuperação e melhoramentos (na entrada principal) ao nível do edificado, cumprindo-se o quadro de critérios técnicos e legais exigidos, sendo este investimento entendido como determinante no processo de modernização e contínua profissionalização das respostas disponíveis. Em paralelo, tendo sido tomadas diligências, com parecer favorável, para alargar (a médio prazo) em 30 vagas a capacidade do Lar residencial. A ampliação desta valência apresenta-se, segundo os depoimentos, como uma solução prioritária face à escassez de respostas nesta área e à extensão das listas de espera no conjunto de serviços disponibilizados.

Apesar da ausência de centralidade da sua localização e da fraca dotação de transportes públicos no lugar de implantação, não obstante as melhorias verificadas ao longo do tempo, a instituição tem conseguido assegurar a proximidade dos utentes aos seus equipamentos.

9.2.4. Adequação do número de efetivos

Já no que toca, por sua vez, à avaliação feita sobre a adequação do número de efetivos (pessoal técnico, auxiliar e administrativo) às necessidades/responsabilidades existentes, a informação recolhida demonstra, para todo o tipo de equipamentos, o significado do reforço dos meios humanos como meio de salvaguardar a qualidade dos serviços prestados, ocupando, deste modo, várias funções no interior das organizações, pese embora os conhecidos constrangimentos financeiros associados à contratação na rede social pública.

Na verdade, e direcionando-nos mais aos *equipamentos com as valências de SAD, Centro de Dia e ERPI em regime de cooperação*, tornou-se notória, a partir da auscultação realizada, a necessidade de alargamento de pessoal, para além do quadro de prestação de serviços previstos na lei, tendo em linha de conta o ritmo de aceleração e a complexidade de fragilidades (de várias ordens) encontradas neste grupo-alvo. A

necessidade de integração de técnicos especializados de um conjunto de áreas mais vasto, para lá do regime acordado, era apontada, aliás, como muito relevante para uma das instituições.

Em paralelo, obteve-se a indicação que, com a densificação do trabalho técnico e qualificado registada noutra instituição, designadamente em áreas de grande diversidade (tais como, a fisioterapia, o apoio médico e de enfermagem, a terapia ocupacional e da fala, a assistência social, a animação sociocultural, etc.), de forma a se ajustar as respostas ao perfil de procura, têm surgido constrangimentos em termos de encargos. A tentativa de, mesmo com o acréscimo de encargos, não ter competências a descoberto tem sido alvo de crescente preocupação, a par das dificuldades encontradas no recrutamento de pessoal auxiliar (tão importante na prestação direta de cuidados básicos às pessoas idosas).

No que toca aos *equipamentos mais voltados para a ocupação dos tempos livres* dos seus associados, é de destacar, segundo os testemunhos recolhidos, uma adequação dos recursos humanos às necessidades encontradas. Será de ter presente a noção de que o arranque das atividades, após a fase mais crítica das restrições implementadas à custa da última situação sanitária, tem sido progressivo, deixando alguma margem institucional nas tarefas do dia a dia. Ainda assim, num dos casos não se deixa de evocar, por força da sobrecarga de funções burocráticas e administrativas e consequente acumulação de funções, a necessidade de contratação de um elemento (a meio-tempo), aumentando a adequabilidade de respostas nas várias atividades internas desenvolvidas.

No domínio do *equipamento com serviços dirigidos à população com deficiência ou incapacidades*, e contrariamente às estruturas de apoio anteriores, considera-se existir, institucionalmente, um rácio ajustado entre o número de efetivos e as necessidades identificadas, ainda que o apoio a grupos diferenciados (isto é, com maior ou menor dependência) seja denso. Porém, daquilo pudemos apurar, a instituição detém mais do que está estipulado em termos de colaboradores para cada uma das respostas sociais disponibilizadas.

9.3. Respostas Sociais para a Família e Comunidade

De acordo com os depoimentos prestados, a dinâmica de procura ativa ou estável das várias valências destinadas à família e comunidade em geral – em especial a Ajuda Alimentar, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, os Centros Comunitários, a Loja Social e o Bazar comunitário e, ainda, a Equipa de Intervenção Direta e o Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial – tem sido acompanhada por mutações importantes ao nível dos perfis de utentes, dos modos de utilização e das motivações na procura que se tenta, de seguida, sintetizar.

Uma análise mais detalhada sobre cada um deles leva-nos a considerar que, em termos de combate e/ou atenuação de situações de desfavorecimento e de alguma emergência, a especialização dos próprios equipamentos, mas sobretudo das abordagens de aproximação a grupos-alvo tão diversificados, tem constituído uma mais-valia na evolução das respostas de apoio e no valor positivo atribuído a cada uma delas.

9.3.1. Perfil dos utentes, motivos de escolha do equipamento e adequação dos recursos (materiais e humanos)

Genericamente, e atendendo ao papel das respostas sociais referentes à **Ajuda Alimentar**, ao **Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social**, às **Lojas Sociais** e aos **Centros Comunitários** fica clara a ideia de que os públicos preferenciais⁴⁰ que recorrem a este tipo de estruturas têm sido essencialmente famílias jovens, famílias monoparentais, crianças e jovens, idosos e outros grupos de pessoas com comportamentos aditivos (como a toxicod dependência e o alcoolismo) – grupos esses que, sob um espectro alargado de idades e de trajetos individuais e sociofamiliares distintos, devem ser acompanhados com particular atenção por parte das políticas públicas locais, procurando-se minimizar os aspetos de desigualdade que possam vivenciar e a maior vulnerabilidade social a que possam estar eventualmente sujeitos.

O discurso institucional parece ser unânime na perceção dos efeitos sociais que as recomposições da atividade económica e as transformações sentidas na educação ou até as mudanças nas modalidades de estruturação familiar têm gerado naqueles que os procuram. Daquele que é o trabalho articulado existente entre as várias organizações em matéria de ação social, com resultados no próprio conhecimento por parte dos beneficiários da dinâmica de respostas prestada, reconhece-se também que, no concelho

⁴⁰ Encaminhados em regime de protocolo e sinalizados de acordo com a área de residência.

de São João da Madeira, existe uma capacidade de apoio já muito afinada e sistemática dirigidas a agregados nucleares, monoparentais e agregados com famílias, facto que faz com que, perante novas situações de emergência, haja identicamente índices de resposta e solução mais eficazes tendo por base uma utilização racional dos recursos (materiais e humanos) disponíveis. Por outro lado, o trabalho em torno da criação de condições de promoção da igualdade no seu desenvolvimento socioeducativo e cultural parece outra preocupação, traduzindo-se, por conseguinte, na promoção da inclusão social, através de um melhor acesso dos utentes aos serviços da comunidade.

Perante processos de fragilização socioeconómica e/ou limitações/fragilidades em termos de saúde mental e física, a procura destas estruturas na autonomização pessoal e social dos seus utentes e famílias, a partir de uma base de confiança, continua a assumir prioridade, mesmo reconhecidas as situações em que, a par das trajetórias de carácter transitório identificadas, os ciclos de carência e exclusão social são frequentemente difíceis de quebrar.

Em relação à estrutura de **apoio aos imigrantes, às minorias étnicas e aos refugiados**, cujo perfil é claramente diferenciado em termos de vulnerabilidade social, fica a noção de que o trabalho de acompanhamento (em termos de emergência) vem sendo alicerçado no contínuo ajuste de expectativas da parte de quem presta os serviços de apoio e de quem é acolhido – neste caso, refugiados provenientes maioritariamente de países como a Síria, o Afeganistão e o Sudão⁴¹. Nem sempre de fácil gestão institucional, a intensidade com que as situações são vividas e o conjunto de problemas que se lhes associa (em especial, ligados a uma série de barreiras de ordem sociocultural e a níveis elevados de instabilidade emocional) têm sido, de acordo com os depoimentos recolhidos, muito pertinentes. Daí a relevância do reforço do investimento e qualificação das respostas existentes pois estas não só garantem o acesso a um primeiro patamar de integração sociocultural, como, em última instância, emergem também enquanto mecanismo preventivo de fenómenos como o racismo e a xenofobia.

Transversalmente, convém sublinhar que as organizações auscultadas referem algumas limitações ao nível das instalações seja pela dimensão e antiguidade das mesmas (e melhorias ao nível de logística) ou pela condição de cedência e dificuldades na alocação de outros espaços. Paralelamente, algumas delas levantam certas questões relativas à adequação de efetivos face às necessidades identificadas – de um lado, a contratação de mais técnicos, desde que devidamente apoiada, para uma melhor gestão

⁴¹ Apesar de se reportar dados de 2021, não se deve esquecer que face à realidade atual (2022) há um número considerável de refugiados vindo da Ucrânia.

das respostas sociais e do regime de voluntariado é encarada como um recurso viável em prol da eficácia da ajuda prestada; e, do outro, a retirada de recursos humanos de algumas valências tem sido vista como fator de constrangimento para atender às necessidades dos utentes e familiares. Em simultâneo, têm presente os riscos psicossociais e profissionais que os técnicos encaram no dia a dia de trabalho.

Por outro lado, a exclusividade de resposta da *Equipa de Intervenção Direta* e do *Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial* no acompanhamento de grupos-alvo muito específicos leva-nos a admitir, pelo que pudemos apurar, a presença de mutações de perfil de destinatários e, ao mesmo tempo, diferentes orientações de procura ao longo de todo o tempo de intervenção. Existindo uma adequação em termos de recursos materiais e humanos, os responsáveis dão um amplo destaque às alterações de perfil de dependência – a heroína e a cocaína, constituindo o tipo de consumo mais encontrado inicialmente, têm vindo a perder terreno, dando-se, por contraponto, a entrada massiva das drogas químicas processadas (em particular nas camadas mais jovens da população); em simultâneo, a dependência do álcool apresenta-se prevalecente no universo de utentes apoiados.

Nesse sentido, também as estratégias e as abordagens de atuação têm assistido a importantes reconfigurações: refira-se, a este propósito, que, mais do que o reforço da capacidade de acolhimento desta população-alvo, a caracterização e o aprofundamento de metodologias de acompanhamento (adequadas ao tipo de consumo em causa) e de reintegração social tem sido uma aposta significativa com grande enfoque na componente artística (designadamente, através do teatro, de espaços formativos e outras atividades lúdicas e do *photovoice*, por exemplo), contribuindo para uma maior e consciente capacitação dos utentes e para a prevenção generalizada de comportamentos de risco.

No caso da *área de apoio à seropositividade*, é de mencionar que, acolhendo um número muito residual de utentes, esta tem vindo a assistir a um recuo na dinâmica de procura, indicador manifestamente correlacionável, por força dos avanços da medicina e das ações de sensibilização entretanto encetados, com a diminuição dos fatores de risco associados a esta enfermidade e a passagem a um estatuto de doença crónica – havendo, por isso, um acompanhamento mais próximo da parte das unidades de saúde locais. Apesar do trabalho de acompanhamento social prestado a todos aqueles que, juntamente com a doença, acumulam fragilidades socioeconómicas, a instituição admite uma certa tendência de esvaziamento no tipo de apoio disponibilizado, pelo que o ajustamento, no que toca às instalações e aos efetivos mobilizados, tem sido cumprido.

9.4. Respostas Sociais para a Saúde Mental

Tendo em linha de conta o reforço que uma estrutura como esta, com capacidade instalada da tipologia de unidade ocupacional, acaba por introduzir na agilização e no ajuste das respostas aos grupos de pessoas que, em situação de fragilização psíquica, emocional e física, vêem-se, nos diferentes momentos e circunstâncias da própria evolução das patologias e respetivas situações sociais, mais desprotegidos, percebe-se, com maior amplitude, o significado da sua intervenção no território. O desenvolvimento de atividades de apoio, formação, intervenção, avaliação e investigação no domínio da saúde mental comunitária e de reabilitação psicossocial de pessoas com experiência de doença mental e suas famílias e/ou cuidadores tem revelado uma utilização média não menos importante no universo de equipamentos existentes nesta área.

9.4.1. Perfil dos utentes, motivos de escolha do equipamento e adequação dos recursos (materiais e humanos)

Enquanto resposta promotora da autonomia e participação dos destinatários e capaz de fortalecer as capacidades e competências das famílias para lidar com situações complexas no domínio da saúde mental, nomeadamente no que respeita ao acompanhamento e harmonização entre a vida familiar e a esfera social, a instituição tem-se deparado com uma população relativamente heterogénea em termos de faixas etárias (balizando-se entre os 25 e 45 anos) e equilibrada em termos de género, embora envolvida quase sempre em situações de desemprego e/ou de inatividade⁴². Importa referir que as patologias mais recorrentes identificadas eram, precisamente, a esquizofrenia, seguida da perturbação depressiva e das perturbações de personalidade.

Num quadro de crescente procura deste tipo de serviços, e por força do encaminhamento efetuado pelo médico assistente no serviço de psiquiatria do hospital local, tem-se denotado, de acordo com o que pudemos aferir, uma quebra no número de internamentos destes utentes a partir do momento em que estes passam ser incluídos nesta estrutura de apoio. De facto, as intervenções realizadas têm-se articulado com os diferentes intervenientes do processo de reabilitação, de forma a acompanhar o estado e evolução das doenças, designadamente com a equipa técnica e outros técnicos de outras estruturas que estejam a ser frequentadas pelos utentes, bem como pelos seus familiares.

⁴² Sabendo-se das dificuldades acrescidas em matéria de apoio sociais nesta área.

Numa perspetiva de maior envolvimento, também se entende que o trabalho prestado na gestão de sintomas, na criação de rotinas e/ou objetivos de vida, na reacquirição de competências de várias ordens e no restabelecimento progressivo do contacto social junto desta população-alvo assume especial relevo. Apesar da identificação da necessidade de ampliação de pessoal técnico e da dimensão de certos espaços⁴³ (limitações inerentes à própria incapacidade financeira da instituição), certo é que as motivações de procura recorrente dos serviços básicos de apoio por parte da população e suas famílias prendem-se quer com a questão do isolamento e/ou marginalização social, quer com a disponibilidade/vontade própria para uma participação em atividades proporcionadoras de maior bem-estar e de uma integração mais plena na vida comunitária.

⁴³ Ainda que estes sejam perspetivados como satisfatórios.

Posto isto, e de **maneira** necessariamente **sucinta**, apresentam-se, de seguida, **as debilidades e potencialidades percecionadas pelas instituições** da rede social auscultadas em matéria de avaliação geral dos equipamentos (cf. Figura seguinte).

Figura 2 – Potencialidades e Fragilidades na avaliação da perceção de respostas dos equipamentos sociais

População-alvo	Respostas Sociais	Pontos Fortes/ Potencialidades	Fragilidades/ Ameaças
Infância e Juventude	Creches Estabelecimentos de educação pré-escolar Centros de Atividades de Tempos Livres Outras respostas sociais	Tipo de resposta local especialmente significativo no apoio à população-alvo e na conciliação trabalho-família; Grande proximidade com o meio familiar e escolar; Reconhecimento do papel das instituições de valorização da condição de criança/jovem e de prevenção de comportamentos de risco;	Necessidade de criação e/ou alargamento de mecanismos articulados de suporte social/ rentabilização dos espaços existentes das instituições com valência de creche; Necessidade de extensão do número de vagas (protocoladas) e da própria lotação prestada (capacidade real no alargamento de salas); Necessidade de prolongar o apoio às famílias e à ação educativa dos estabelecimentos de pré-escolar; Necessidade de alargamento das respostas sociais destinadas aos jovens que frequentam o 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário no aprofundamento e enriquecimento dos conteúdos curriculares e na transição para um percurso profissional orientado; Reconhecimento de dificuldades no tipo de apoio disponibilizado à população-alvo "crianças e jovens em perigo" - recuo das crianças institucionalizadas;
População Adulta	Centros de Dia ERPI SAD Atividades de cariz cultural e recreativo Lar Residencial CAO/CACI Formação Profissional	Peso muito significativo da territorialidade (proximidade e localização); Relevância do papel incentivo de relação com o meio/comunidade; Respostas particularmente incisivas no combate e prevenção do isolamento social;	Reconhecimento de um tipo de apoio (ainda) deficitário dos Centros de Dia face aos desafios do fenómeno de envelhecimento local – quebra na procura; Aumento das situações de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia desta franja etária tem obrigado, às ERPI e aos SAD, à densificação da dimensão terapêutica de apoio (com custos elevados de suporte); Volume acentuado de listas de espera das ERPI tem gerado dificuldades internas das instituições na capacidade de drenagem destes números face ao limite de lotação existente; Necessidade de reforço dos serviços de SAD face ao crescendo de um quadro local de maior isolamento social e de quebra da retaguarda familiar; Capacidade limitada da intervenção na área da deficiência (listas de espera significativa) e necessidade de alargamento do número de vagas (face ao carácter estruturante da procura acentuada para a função residencial e para o desenvolvimento de atividades ocupacionais);
Família e Comunidade	Ajuda Alimentar Atendimento/Acomp. Social Protocolo de RSI Centro Comunitário Acolhimento de Pessoas Refugiadas Bazar Comunitário/Loja Social Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção Estruturas de atendimento à vítima de violência doméstica Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial Doentes HIV+ Equipa Intervenção Direta (comportamentos aditivos)	Relações de confiança institucional com os utentes tem sido fundamental para responder às suas necessidades concretas, gerar condições para a mudança e permitir o desenvolvimento de atividades dinamizadoras da vida social e cultural da comunidade; Especialização das respostas sociais face ao histórico de atendimento/acompanhamento dos diferentes grupo-salvo - processos de recuperação, tratamento, integração e reinserção social (reflexos na agilização de soluções);	Fragilidades das instalações seja pela dimensão e antiguidade das mesmas (e melhorias ao nível de logística) ou pela condição de cedência e dificuldades na alocação de outros espaços; Necessidade de contratação de mais técnicos, desde que devidamente apoiada, para uma melhor gestão das respostas sociais. A retirada de recursos humanos de algumas valências tem sido vista como fator de constrangimento para atender às necessidades dos utentes e familiares; Aposta no regime de voluntariado (de forma organizada) como um recurso viável em prol da eficácia da ajuda prestada; Reconhecimento de uma certa tendência de esvaziamento no tipo de apoio disponibilizado na população-alvo "Doentes HIV";
Saúde Mental	Unidade Sócio Ocupacional	Trabalho inovador e descentralizado no domínio da saúde mental comunitária e de reabilitação psicossocial de pessoas com experiência de doença mental e suas famílias e/ou cuidadores;	Presença importante de estigma e discriminação associados às doenças do foro mental e psiquiátrico; Fraco reconhecimento do meio envolvente (por se tratar de uma resposta social recente);

10. Principais Desafios e Recomendações de Atuação

Constituindo um documento orientador das respostas dadas pelos equipamentos sociais às necessidades individuais dos seus utentes e à comunidade como um todo, a auscultação das perceções do dia a dia de trabalho das várias entidades sociais do Município de São João da Madeira, atendendo-se igualmente aos constrangimentos e/ou desafios com que se têm vindo a deparar no decurso do tempo, mostrou-se pertinente de modo a se poder operacionalizar algumas pistas e prioridades de atuação no território.

Neste ponto, serão elencadas certas dimensões de análise – desde logo, relacionadas com as ações desenvolvidas e as principais necessidades encontradas por parte das organizações, as limitações sentidas no seu plano de ação e a relevância da relação com o meio social local – para se compreender melhor as estratégias e as prioridades a tomar junto de quem recorre a estes serviços.

10.1. Principais necessidades sociais encontradas e metas a desenvolver

No âmbito das principais respostas existentes para o grupo-alvo **“Crianças e Jovens”** ficou clara a necessidade de continuar a promover uma ação integrada e dirigida aos seus interesses, em profunda articulação com as famílias.

Aos seus olhos, as instituições que lidam diretamente com faixas etárias mais novas da população, e tendo em linha de conta as necessidades identificadas, destacam como grandes prioridades (a investir nas respostas prestadas):

- O apoio no seu desenvolvimento psicopedagógico e social tendo por base o reforço dos princípios da adoção de uma boa e diversificada alimentação, de cuidados básicos de higiene e da aposta na prevenção de acidentes/segurança junto das famílias. A colaboração no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência (física, visual, auditiva, etc.), assegurando-se o seu encaminhamento adequado, é encarada igualmente como crucial neste tipo de resposta social de natureza socioeducativa prestado;

- O investimento na formação de todos os envolvidos (auxiliares, quadros técnicos e administrativos), num esforço coletivo de trabalho articulado em prol dos propósitos dos pais ou das pessoas que tenham a guarda das crianças, com o intuito de os manter atualizados e devidamente preparados para o exercício das suas funções, enriquecendo-se, assim, o seu trabalho diário. Em paralelo, a aposta na programação de atividades sociopedagógicas de maior envolvimento comunitário acaba por ser um suporte válido na superação de eventuais panoramas de desfavorecimento que se consubstanciem na exibição de comportamentos agressivos, disfuncionais e/ou desadaptados ou de défices acrescidos de competências pessoais e sociais deste grupo-alvo;
- O enfoque pedagógico mais próximo e integrador dos interesses superiores das crianças e jovens, por via de realização de atividades de expressão mais artística, estimuladores da curiosidade e do pensamento crítico, sensibilizando-se o meio familiar (em especial, aquele em que o défice de competências parentais parece ser mais notório) para a importância da promoção da segurança e autonomia afetiva e física, no conjunto da rede de relações entretanto estabelecida pela criança/jovem, e da salvaguarda da saúde física e emocional, nomeadamente pela redução de fatores de risco (como, por exemplo, a privação do sono e a exposição excessiva aos meios digitais).

Para aqueles que, através dos respetivos equipamentos, interagem proximamente com faixas etárias juvenis a frequentar os primeiros ciclos de Ensino Básico nos agrupamentos escolares do concelho, o sentido das orientações é complementar. Na verdade, são apontadas certas dimensões que vale a pena considerar em termos de implementação de respostas, tais como:

- O acompanhamento mais estreito e o aprofundamento planificado dos conteúdos programáticos juntos dos alunos durante o período pós-escolar, facilitador do percurso escolar e profissional, em especial daqueles mais carenciados, com vista a diminuir o insucesso escolar e a prevenir o abandono/retração escolar. Considera-se que a ausência de uma resposta social mais alargada destinada aos jovens que frequentam o 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, e

que inclua a realização de atividades lúdico-pedagógicas inovadoras que promovam a sua inclusão no espaço escola, deve ser tomada em linha de conta até como forma de potenciar a adequação do processo educativo às necessidades deste grupo-alvo;

- O reforço do papel de atividades específicas e multiactividades de ordem lúdica e cultural (com margens elevadas de autonomia) na preparação dos jovens para os seus papéis e responsabilidades de adultos, devendo dotá-los de conhecimento e competências que lhes permita fazer escolhas responsáveis em matéria de saúde sexual e reprodutiva, de combate e prevenção à violência psicológica, física ou sexual, de promoção da igualdade de género e de respeito pela multietnicidade. Tendo em conta a minimização de qualquer tipo de desvantagens sociais e de salvaguarda dos direitos básicos de cidadania dos seus destinatários, e em articulação com a comunidade local, este tipo de respostas (e a sua constante atualização) têm por finalidade contribuir para um desenvolvimento social mais integrado.

No que diz respeito às principais respostas presentes no território para os grupo-alvos **“Pessoas idosas”** e **“Pessoas com Deficiência e Incapacidades”** verificou-se que, por força do ritmo de aceleração e da complexidade de fragilidades (de várias ordens) encontradas nestas franjas da população, o aumento da formação e especialização técnica, por um lado, e a capacidade de ajustamento persistente às necessidades de cariz pessoal, cultural e social, por outro, deverão ser metas a consolidar a médio e longo prazo.

Tendo em conta as apreciações dos responsáveis destes equipamentos, e todo trabalho continuado que tem sido levado a cabo no território, verifica-se no plano das intenções:

- A aposta na diversificação da prestação de serviços especializados de saúde para as franjas mais envelhecidas da população, promovendo-se a formação contínua e especializada dos técnicos em metodologias terapêuticas inovadoras. Face ao que se considera ser uma lacuna de respostas sociais específicas na área da demência e da saúde mental para as franjas acima dos 65 anos e não só, a diversificação de serviços

(por via da realização de exercícios promotores da coordenação e do equilíbrio e da resistência aeróbia e a força muscular, mas também capazes de garantir a estimulação do potencial cognitivo, a organização espaço-temporal e a memorização, bem como o relaxamento, a consciencialização corporal e a sensibilidade auditiva) surge como premente;

- A ampliação da oferta de ERPI e UCC de Longa Duração e Manutenção como forma de dar resposta às necessidades de cuidados específicos de saúde e de serviços permanentes e adequados às problemáticas biopsicossociais específicas dos seus utentes. Neste ponto, equaciona-se o recurso à tipologia de média duração, isto é, de prestação de auxílio em situações de dependência ou de perda de autonomia por um período curto de tempo;
- O aumento de capacitação individual e social da população idosa em situação mais ativa, através da criação ou ampliação de atividades cada vez mais direcionados para a estimulação de vivências sócio-afetivas através do relacionamento com outras pessoas, com o objetivo de prevenir, nestas camadas, situações de fragilização física e mental e consequente institucionalização. Vistos como uma espécie de retaguarda, as estruturas dedicadas às atividades de cariz cultural e recreativo junto deste grupo encaram como decisivo o seu papel no suporte emocional e no combate a fenómenos como a solidão e o isolamento social;
- O reforço da sensibilização junto da comunidade para a maior inclusão das pessoas com deficiência, ultrapassando-se todo o tipo de barreiras sociais existentes. No planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais nesta área torna-se evidente, segundo a informação disponível, o esforço real (e operacional) de parceria com as estruturas da comunidade, no que se prende com o acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma desta população-alvo, de modo a se salvaguardar o máximo potencial de cada indivíduo;

- A garantia em assegurar uma capacidade mais alargada de alojamento das pessoas adultas com deficiência que se encontram impedidas temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar e aumentar as respostas de CACI vai ao encontro do reconhecimento das crescentes reconfigurações das famílias dos utentes. Na impossibilidade de retaguarda familiar ou perante as dificuldades acrescidas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal daqueles que lhes são mais próximos, o reforço das valências de apoio e de prestação de cuidados e de unidade socio ocupacional deve ser olhado como estratégico nesta matéria.

Relativamente às principais respostas sociais em matéria de apoio ao grupo-alvo **“Família e Comunidade em Geral”**, é de salientar que, por força das profundas recomposições socioeconómicas sentidas, nas últimas décadas, no país, e também pelo significado dos fluxos migratórios no território, denota-se um aumento relevante de número de solicitações de apoio, aumento esse que tem implicado uma sobrecarga acrescida junto dos trabalhadores e voluntários. Ao mesmo tempo, tendo vindo a saúde mental a ganhar cada vez mais importância no discurso público, vê-se identicamente reconhecida a necessidade de se ajustar amplamente (e de forma articulada) as respostas ao grupo de **“Pessoas com Doença de Foro mental e Psiquiátrico”**, por forma a agilizar abordagens de atuação mais eficazes aos diferentes momentos e circunstâncias da própria evolução das suas patologias e situações sociais.

Tomando por referência a avaliação dos responsáveis destas estruturas, o que está em causa é a capacidade de capitalizar a especialização das respostas prestadas, adquirida ao longo do tempo, e ter presente certas premissas de futuro investimento, tais como:

- A consolidação de programas de apoio (mais qualificados) a famílias provenientes de contexto socioeconómicos vulneráveis e o reforço dos serviços dos centros de acolhimento que prestam apoio a cidadãos imigrantes ou refugiados. A tónica parece ser colocada na ativação de um conjunto mais concertado de ações especializadas, junto destes grupos-alvo, nas áreas da Habitação, da Saúde, da

Educação e Formação Profissional, do Emprego, da Ação Social e Apoio Psicológico;

- A criação de serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial, mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental). Apesar da intervenção ativa no território, em matéria de sinalização de circunstâncias de que possam constituir perigo para as famílias, feita a partir do recurso a modelos híbridos, carece a exclusividade de resposta para este perfil em concreto. Além do mais, a sua existência iria beneficiar da tradição do trabalho da rede solidária no acompanhamento a estes utentes;
- A aposta generalizada, junto da comunidade, na literacia em saúde mental, com o objetivo de reduzir o estigma e a discriminação que geralmente se encontram associados às doenças do foro mental e psiquiátrico e que, frequentemente, resultam em situações de exclusão que conjugam, nesse sentido, a ausência de inserção profissional à fragilidade relacional e ao isolamento social, eclodindo em processos de tensão social. A maior divulgação do trabalho desenvolvido por parte das comunidades terapêuticas (e das suas técnicas de intervenção) é encarada como sinónimo de uma efetiva desmistificação da condição dos utentes que frequentam estes equipamentos e traduz-se, nessa medida, num real trabalho de inclusão na comunidade, sabendo-se que o esforço na (pequena) reabilitação desta franja depende igualmente da sensibilização do meio externo em relação ao espectro de patologias existentes.

10.2. Desafios e Constrangimentos

Dadas as prioridades identificadas, torna-se importante aceder identicamente àqueles que são reportados como os principais constrangimentos/desafios com os quais as instituições auscultadas se têm vindo a deparar, até para se compreender as limitações encontradas no seu dia a dia

organizacional e, por conseguinte, ajustar (eventualmente) os recursos às necessidades de resposta nos vários domínios de atuação.

De modo transversal, e atendendo às necessidades encontradas, verificou-se que, junto dos equipamentos reservados ao apoio ao grupo-alvo **“Crianças e Jovens”**, em especial aqueles que se encontram foram do setor público escolar, seria necessário proceder com medidas destinadas à atualização e ao aumento do número de lugares e de alargamento dos horários das creches e dos estabelecimentos de ensino pré-escolar. Ambas as intervenções têm em vista um maior e melhor apoio às famílias mais carenciadas, dada a crescente procura, assegurando-se uma adequação melhorada face às suas condições de vida e de atividade laboral. A limitação no alargamento da lotação era, assim, vista como um obstáculo importante.

Entre os constrangimentos enunciados pelas valências de Creche, Educação Pré-Escolar e CATL, encontramos também as dificuldades associadas à retoma dos contactos entre os vários elementos da comunidade escolar, após o levantamento das restrições advindas da última situação pandémica. O retorno à normalidade das atividades e, em particular, a quebra dos laços de interação próxima com os utentes e as famílias trouxe desafios não só no plano da gestão diária das emoções, como efeitos na concretização das modalidades de aprendizagem do processo psicopedagógico e educativo.

Por outro lado, ainda no que diz respeito às estruturas sociais voltadas para grupo-alvo “Crianças e Jovens”, designadamente as orientadas para as atividades de tempos livres comunitárias e de acompanhamento ao estudo, conclui-se que o reduzido número de efetivos aliado à sobrecarga de trabalho e à acumulação de funções, tem trazido custos na própria amplitude de respostas disponibilizadas. A este propósito, salienta-se a necessidade de contratação de mais pessoal em áreas como a comunicação (fundamental no incremento do valor e reconhecimento institucional), a angariação de fundos e o suporte financeiro ou a vertente administrativa como meio de responder de uma forma adequada aos problemas e exigências do quotidiano. Além do mais, também a desativação de serviços aquando da aplicação das restrições de contingência pandémica acabou gerar uma quebra acentuada na assiduidade de utentes e voluntários, comprometendo o normal funcionamento das suas atividades.

Resta acrescentar que, no domínio da intervenção junto das **“Crianças e Jovens em Situação de Perigo”**, o discurso é perentório em asseverar que, à custa da reorganização das políticas públicas que tendem a favorecer o regime de cooperação com famílias de acolhimento, o recuo das crianças institucionalizadas tem sido uma evidência, fazendo repensar a própria sobrevivência deste género de resposta social no território.

*

Entre o leque de obstáculos elencados pelos equipamentos vocacionados para a prestação de serviços às **“Pessoas Idosas”**, nomeadamente com valências de Centros de Dia, as ERPI, os SAD, pode incluir-se⁴⁴, para lá das dificuldades acrescidas decorrentes do encerramento de certas respostas, devido às restrições de contingência pandémica⁴⁵, e o conseqüente reajuste dos serviços como meio de suplementar as eventuais falhas (como é o caso da domiciliação dos serviços de Centro de Dia), a par da elasticidade institucional no encontro de soluções e desenvolvimento de novas práticas de organização de trabalho, cujos impactos ao nível de cansaço e exaustão psicológicos ainda se fazem sentir junto dos profissionais, também as limitações de ordem financeira não deixaram de ser equacionadas.

Por força do peso da subsidiariedade na intervenção local (e suas restrições) ou então de dificuldades de recrutamento, a contratação de pessoal com qualificações mais diversificadas e especializadas na área da saúde, mas também de pessoal auxiliar vê-se ora impossibilitado, ora muito condicionado. Além disso, dado o nível de comparticipação pública existente ao nível destas respostas em concreto, nem sempre é fácil a gestão, de acordo com os perfis de utentes, da relação entre a tendência de mercantilização dos serviços (em que se assume o pagamento integral do custo) e o movimento de progressiva desqualificação de competências (resultando na prestação de um serviço mais precário para o nível de recursos socioeconómicos detido).

Ao mesmo tempo, destacam-se como condicionantes a densificação do trabalho burocrático e administrativo destes equipamentos, à custa do excesso de

⁴⁴ À semelhança dos equipamentos destinados às crianças e jovens.

⁴⁵ Refira-se, a este propósito, entre as lacunas apontadas pelos responsáveis pelos equipamentos destinados em ocupar os tempos livres dos seus associados, verifica-se precisamente os efeitos o lento retomar das atividades após as restrições no conjunto de atividades desenvolvidas, desativando-se uma componente importante do seu trabalho organizacional e de reconhecida valorização social – o intercâmbio intergeracional entre as instituições da comunidade.

regulação sobre este setor, e o aumento dos níveis de exigência dos diferentes públicos-alvo e famílias.

Relativamente às estruturas sociais de apoio à **“População com Deficiência ou Incapacidades”**, o destaque que é dado no que toca às limitações encontradas, para além dos custos advindos da qualificação mais recente (e futura) das instalações, prende-se sobretudo com as questões de integração dos utentes em regime de CACI na comunidade, já que, segundo a experiência institucional, devido às alterações introduzidas na implementação das atividades socialmente úteis⁴⁶, passando a existir um contributo monetário associado às atividades desenvolvidas, antevêem-se maiores ameaças no favorecimento do processo de inclusão social deste grupo populacional em específico.

*

Por seu turno, de acordo com a informação prestada pelas entidades que têm trabalhado justamente com a população-alvo **“Família e Comunidade”**, notou-se que os maiores desafios que se colocam na atualidade, e, em alguns casos, a médio prazo, encontram-se em relação direta com questões organizacionais internas, importantes na atribuição das melhores condições a utentes e colaboradores, como na resposta às necessidades em concreto das famílias que, entretanto, vão emergindo.

Segundo os testemunhos compilados junto de algumas das estruturas que prestam o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e integram os Centros Comunitários⁴⁷, as questões referentes ao pagamento mensal da renda das instalações ou até à situação precária de ocupação e também à logística e acessibilidade das infraestruturas, juntamente com o próprio perfil de financiamento institucional são, como esperado, perspetivadas como fatores penalizantes para a intervenção das suas atividades. No entanto, também as dimensões relativas à disponibilidade de recursos humanos são enunciadas como decisivas para uma avaliação menos positiva. Percebidos pelos responsáveis como aspetos que carregam uma carga de trabalho adicional e conduzem necessariamente à

⁴⁶ Estas atividades consistem na ocupação temporária a que ficam sujeitos os beneficiários da prestação social, desenvolvidas a favor de entidades sem fins lucrativos, ou do setor da economia social, as designadas entidades promotoras, com satisfação de necessidades sociais e comunitárias. Estas são compatíveis com as aptidões dos beneficiários, bem como as suas habilitações escolares, qualificação e experiência profissional e respeita as normas gerais e especiais relativas às condições de trabalho, designadamente no que concerne à segurança, higiene e saúde no trabalho. Os beneficiários poderão desenvolvê-las no limite máximo semanal até 15 horas, distribuído no máximo até três dias úteis, e sem ultrapassar diariamente 6 horas.

⁴⁷ Ou desenvolvem trabalho de estreita parceria.

acumulação de funções dentro das próprias organizações, a falta de pessoal direcionado para as respostas sociais e também para as funções de coordenação de voluntariado e a agudização dos riscos psicossociais e profissionais que os técnicos encaram no dia a dia de trabalho constituem as maiores limitações identificadas, com reconhecido prejuízo para a comunidade.

Sobre esta matéria, resta acrescentar que, à semelhança do que se verificou em relação às respostas sociais prestadas às crianças e jovens em situação de perigo, o discurso institucional, no que toca aos serviços disponibilizados para o grupo-alvo **“Doentes HIV+”**, segue o mesmo sentido de apreciação. Dada a forte quebra de adesão e de procura a esta resposta social, também aqui se equaciona a sua futura sobrevivência, sendo eventualmente mais viável a sua integração em estruturas como os Centros Comunitários que, aliás, já prestam esse tipo de apoio a esta população.

Por fim, no domínio das respostas sociais de capacitação das “Pessoas com Doença de Foro mental e Psiquiátrico”, é de denotar que, cientes das fragilidades do foro financeiro, infraestrutural e de recursos humanos, as grandes limitações encontradas confinam-se ao facto da resposta ser recente e conseqüente fraco reconhecimento do meio envolvente, num quadro ainda persistente de estigma e de discriminação face às tipologias do foro mental e psiquiátrico.

10.3. Relação com o Meio e Rede Social

Sendo certo que o **balanço que as instituições auscultadas fazem sobre a sua organização e o funcionamento das iniciativas desenvolvidas** é, globalmente, positivo, dificilmente se pode ignorar também o facto de que, hoje, à luz do crescente envolvimento das mesmas com o meio e da sua integração na Rede Social do concelho, as diferenças encontradas, relativamente ao passado, em matéria de planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social do território são entendidas como importantes.

Interessados e disponíveis para marcar presença em todos os eventos de reforço dos laços com a comunidade – até porque são reconhecidos os ganhos de visibilidade junto da mesma –, sempre numa visão de enriquecimento (institucional) de intercâmbio intergeracional, multiétnico e promotor da inclusão social, os diferentes agentes locais denunciam identicamente uma procura sistemática (e

qualificada) de abarcar a multidimensionalidade dos problemas sociais mais prementes em matéria de atuação no concelho, contribuindo-se, à luz das possibilidades existentes, para a sua diminuição. Reforçam, ao mesmo tempo, a crescente preocupação em ajustar as respostas às orientações que no dia a dia vão sentido e às próprias reconfigurações de perfis de públicos que vão chegando até eles.

Para se poder atender aos desafios diários com que se têm vindo a deparar, salientam, na verdade, a relevância do trabalho em rede que tem sido levado a cabo entre todos os elementos que se encontram agregados à rede solidária, inclusive na (re)definição dos papéis de cada um, bem como o clima propício à troca de experiências e propostas (sempre que necessário, em grupos de trabalho e plenários) numa lógica de enriquecimento, de abertura de mentalidades e de confronto de perspetivas, com vista ao equacionamento de soluções para cada área de intervenção.

Em alguns dos casos, sobretudo quando o que estão em causa são as respostas de intervenção comunitária e de emergência, admite-se o especial significado da articulação institucional em rede. Mais, os próprios mecanismos relacionais de interconhecimento privilegiado com parceiros mais recorrentes e envolvidos na minoração das dificuldades encontradas em cada caso prioritário que emerge dão conta do peso que a informalidade dos contactos traz em termos de eficácia do trabalho desenvolvido. Por outro lado, parece ainda que a dinâmica de sinergias empreendida tem evitado, para o conjunto de entidades direcionadas aos distintos grupos-alvo, a duplicação de tarefas, de estratégias e abordagens de intervenção, assim como de apoios. No fundo, sublinham-se os ganhos ao nível da transferência de conhecimento, da partilha de estruturas e equipamentos, recursos humanos e financeiros.

Acontece, porém, que esta apreciação maioritariamente positiva não se encontra isenta de inquietações. Na prática, e à custa da própria definição das políticas públicas, a auscultação permitiu aferir a preocupação com a tónica do progressivo domínio da perspetiva concorrencial em relação ao trabalho em rede. Ainda que se entenda que este perfil de envolvimento tem permitido perceber como intervir e mobilizar forças, no território, para responder a uma nova emergência, acresce, no entanto, o receio com a possibilidade de existir uma programação (a prazo) da gestão social do concelho mais deficitária. Além do mais, em função do

grau (e convite) de participação, surge uma certa descrença na materialização de determinados objetivos e iniciativas.

De resto, é preciso ter ainda em linha de consideração que o desenho das medidas de política na área social local têm dependido igualmente da força do voluntariado. Criado desde 2011, o Banco Local de Voluntariado de São João da Madeira⁴⁸ assegura a mediação entre os interessados em fazer trabalho de voluntariado e as entidades com necessidades e possibilidade para enquadrar voluntários em projetos e atividades socialmente úteis, de acordo com os seus interesses, capacidades e disponibilidade. Com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de voluntariado no concelho, sensibilizando os cidadãos e as entidades para a atividade de voluntariado e criando condições para a sua formação nesta área, este organismo, disponibilizado à comunidade, pretende impulsionar a sua participação cívica e auto-organizacional.

Não espanta, portanto, que várias das entidades auscultadas tenham feito referência ao seu papel no território, em especial pelo recurso à bolsa de voluntários existente. Seja através da bolsa ou por iniciativa própria⁴⁹, na maioria dos casos, os voluntários têm servido de apoio e de melhoria (em termos de ideias e abordagens) às atividades diárias destas estruturas e assumido um complemento importante à dinâmica organizacional, dadas as limitações financeiras e de recursos humanos a que os equipamentos sociais (na sua maioria) estão sujeitos. Colocam, sobretudo, a tónica no aproveitamento das competências destes elementos, ajustando-as aos próprios interesses e desejos dos utentes – facto que, por sua vez, ajuda a contribuir, nalguns dos casos, para a ampliação ou sustentação de certas atividades.

Contudo, algumas instituições são relativamente unânimes em apontar determinadas lacunas. Entre elas, salientam um cenário de fraca motivação para voluntariado que se consubstancia, igualmente, na débil noção de compromisso. Nesse sentido, considera-se ser necessário apostar num trabalho sistemático de organização interna, atendendo a algumas dimensões, desde logo: tempo, conhecimento, mecanismos para o recrutamento e gestão para a motivação.

⁴⁸ Atualmente a entidade promotora do Banco Local de Voluntariado de São João da Madeira é a Associação de Jovens «Ecos Urbanos» e conta com os seguintes parceiros: CERIC de São João da Madeira, Universidade Aberta – Centro Local de Aprendizagem de São João da Madeira, Câmara Municipal de São João da Madeira, Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira, ACAIS – Associação de Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses, Centro Humanitário da Cruz Vermelha e Liga dos Amigos do Hospital São Sebastião.

⁴⁹ Aqui incluem-se as situações de recurso externo ou as entidades que dependem, em termos de missão e de logística, quase exclusivamente do voluntariado.

II. Notas Finais

Estruturado em dez capítulos, o presente documento procurou, a partir da leitura da informação disponibilizada pelas principais respostas do território (e sua cobertura) e da auscultação das perceções de alguns corpos técnicos e/ou responsáveis dos equipamentos locais acerca do lugar que ocupam no território e dos principais desafios encontrados em matéria de necessidades sociais, avançar com algumas pistas e prioridades de atuação no território.

Em jeito de síntese conclusiva, apresentam-se, nesta parte final, as fragilidades e potencialidades percecionadas pelas principais instituições da rede social em matéria de avaliação geral das necessidades sociais encontradas e da relação com o meio, que deverão ser, a par das recomendações de atuação⁵⁰, ser entendidas como orientações de apoio à tomada de decisão no que concerne ao planeamento da política de ação social local (cf. Figuras seguintes).

⁵⁰ Explicitadas de forma mais desenvolvida no ponto 10 do presente documento.

Figura 3 – Potencialidades e Fragilidades dos equipamentos sociais na avaliação da perceção das necessidades sociais encontradas

População-alvo	Pontos Fortes/ Potencialidades	Necessidades sociais	Fragilidades/Ameaças
Infância e Juventude	<p>Apoio no desenvolvimento psicopedagógico e social tendo por base o reforço dos princípios da adoção de uma boa e diversificada alimentação, de cuidados básicos de higiene e da aposta na prevenção de acidentes/segurança junto das famílias;</p> <p>Presença de uma lógica de grande proximidade com o meio familiar e escolar neste tipo de respostas, representando um local de apoio (sempre que necessário) à aquisição de competências escolares e um espaço de prevenção de comportamentos de risco;</p> <p>Acompanhamento mais estreito e o aprofundamento planificado dos conteúdos programáticos juntos dos alunos durante o período pós-escolar facilitador do percurso escolar e profissional, em especial daqueles mais carenciados, com vista a diminuir o insucesso escolar e a prevenir o abandono/retração escolar;</p> <p>Respostas sociais de reconhecida valorização da condição de jovem e de minoração de qualquer tipo de desvantagens sociais e de salvaguarda dos direitos básicos de cidadania;</p>	<p>Registo de certos défices de competências parentais no domínio da alimentação, cuidados de higiene e promoção da segurança e autonomia afetiva e física dos seus educandos (crianças e jovens);</p> <p>Limitações no alargamento da lotação das respostas sociais vistas como um obstáculo importante;</p> <p>Necessidade de alargamento uma resposta social mais alargada destinada aos jovens que frequentam o 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário – para além do aprofundamento e enriquecimento dos conteúdos curriculares e apoio na transição para um percurso profissional mais orientado, há a necessidade de reforço do papel de atividades específicas e multiactividades de ordem lúdica e cultural (com margens elevadas de autonomia) junto desta franja da população;</p> <p>Necessidade de contratação de mais pessoal em áreas como a comunicação (fundamental no incremento do valor e reconhecimento institucional), a angariação de fundos e o suporte financeiro ou a vertente administrativa como meio de responder de uma forma adequada aos problemas e exigências do quotidiano;</p>	Fragilidades/Ameaças
População Adulta	<p>Aumento da formação e especialização técnica e da capacidade de ajustamento persistente às necessidades de cariz pessoal, cultural e social da população idosa e da população com deficiência;</p> <p>A capacidade alargada – para lá da tradicionalmente tipificada em regime de cooperação protocolar – e a especialização (em termos de qualidade) no tipo de serviços prestados no território são vistos como fatores de preferência/seleção.</p> <p>Impactos da territorialidade dos serviços e da rede de relações, criada no decurso tempo, muito assente na confiança institucional - localização estratégica das instalações no perímetro urbano da cidade, a centralidade das vias de comunicação circundantes e as boas condições de acessibilidade do lugar onde se encontram implementadas.</p> <p>Reforço da sensibilização junto da comunidade para a maior inclusão das pessoas com deficiência tem conduzido a progressivo derrube de todo o tipo de barreiras sociais existentes nesta matéria;</p>	<p>Aposta na diversificação da prestação de serviços especializados de saúde para as franjas mais envelhecidas da população, promovendo-se a formação contínua e especializada dos técnicos em metodologias terapêuticas inovadoras (lacuna de respostas sociais específicas na área da demência e da saúde mental para as franjas acima dos 65 anos e não só);</p> <p>A ampliação da oferta de ERPI e UCC de Longa Duração e Manutenção como forma de dar resposta às necessidades de cuidados específicos de saúde e de serviços permanentes e adequados às problemáticas biopsicossociais específicas dos seus utentes;</p> <p>A requalificação dos serviços prestados de SAD e de Centro de Dia é, pois, identificada a curto/médio prazo como prioritária;</p> <p>Aumento da capacidade de capacitação individual e social da população idosa em situação mais ativa, através da criação ou ampliação de atividades cada vez mais direcionadas para a estimulação de vivências sócio-afetivas (prevenção de situações de fragilização física e mental e consequente institucionalização);</p> <p>Necessidade de alargamento de pessoal, para além do quadro de prestação de serviços previstos na lei, tendo em linha de conta o ritmo de aceleração e a complexidade de fragilidades (de várias ordens) encontradas no grupo-alvo "população idosa" e dificuldades de recrutamento e de contratação de pessoal com qualificações mais diversificadas e especializadas na área da saúde, mas também de pessoal auxiliar;</p> <p>Densificação do trabalho burocrático e administrativo destes equipamentos, à custa do excesso de regulação sobre este setor, é vista como um obstáculo;</p> <p>Necessidade de assegurar uma capacidade mais alargada de alojamento das pessoas adultas com deficiência - o reforço das valências de apoio e de prestação de cuidados e de unidade socio ocupacional deve ser olhado como estratégico nesta matéria, assim como o regime de SAD;</p> <p>Existência de constrangimentos das questões de integração dos utentes em regime de CACI na comunidade;</p>	Fragilidades/Ameaças

Figura 4 – Potencialidades e Fragilidades dos equipamentos sociais na avaliação da perceção das necessidades sociais encontradas (cont.)

População-alvo	Pontos Fortes/ Potencialidades	Necessidades sociais	
			Fragilidades/Ameaças
Família e Comunidade	<p>Cultura de solidariedade pela qual se tem orientado a própria intervenção local com particular incidência no combate e/ou atenuação de situações de desfavorecimento e de alguma emergência, sendo respostas (com eficácia) especialmente significativas em momentos de profundas recomposições socioeconómicas sentidas no território;</p> <p>Presença de histórico e especialização destas respostas sociais na mobilização de recursos adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional dos diferentes grupos-alvo e na promoção do planeamento das suas trajetórias de forma mais organizada e independente;</p> <p>Novas respostas na capacitação e a autonomização de vítimas de violência doméstica e de violência de género, numa lógica de prevenção da violência, de proteção das mulheres em risco de violência, de criminalização das pessoas agressoras e da adoção e promoção de políticas integradas ao nível da igualdade de género e da não discriminação;</p>	<p>Necessidade de consolidação de programas de apoio (mais qualificados) a famílias provenientes de contexto socioeconómicos vulneráveis e o reforço dos serviços dos centros de acolhimento prestam apoio a cidadãos imigrantes ou refugiados;</p> <p>Questões referentes ao pagamento mensal da renda das instalações ou até à situação precária de ocupação e também à logística e acessibilidade das infraestruturas, juntamente com o próprio perfil de financiamento institucional são perspetivadas como fatores penalizantes para a intervenção das suas atividades;</p> <p>Limitações relacionadas com a disponibilidade de recursos humanos, a falta de pessoal direcionado para as respostas sociais e também para as funções de coordenação de voluntariado e, ainda, a agudização dos riscos psicossociais e profissionais dos técnicos;</p> <p>Forte quebra de adesão e de procura a resposta social direcionada para "doentes HIV" leva a equacionar a sua futura sobrevivência;</p> <p>O recuo das crianças e jovens em perigo institucionalizadas levanta dificuldades no tipo de apoio disponibilizado à esta população-alvo;</p> <p>Necessidade de criação de serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial, mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental);</p>	
Saúde Mental	<p>A aposta progressiva em estruturas e equipamentos voltados para o atendimento acompanhado dos utentes que, numa dada fase da sua vida, demonstram algum tipo de desequilíbrio, com reflexos nas dificuldades acrescidas de adaptação e satisfação diárias e para uma política integrada de intervenção precoce, com vista à prevenção de complicações futuras ou na facilitação de processos de recuperação e de reinserção social em situações mais crónicas;</p>	<p>Aposta generalizada, junto da comunidade, na literacia em saúde mental, com o objetivo de reduzir o estigma e a discriminação que geralmente se encontram associados às doenças do foro mental e psiquiátrico;</p> <p>Divulgação de novas respostas sociais nesta matéria (recenticidade da resposta e conseqüente fraco reconhecimento do meio envolvente)</p>	

Figura 5- Potencialidades e Fragilidades dos equipamentos sociais na avaliação da perceção da relação com o meio e da rede solidária

Relação com o Meio	
Pontos Fortes/ Potencialidades	Fragilidades/ Ameaças
<p>Lógica de trabalho interinstitucional em rede continuada no tempo;</p> <p>Ponderação da territorialidade dos serviços importante com impactos na capacidade de resposta às necessidades;</p> <p>Procura sistemática (e qualificada) de abarcar a multidimensionalidade dos problemas sociais mais prementes e a crescente preocupação em ajustar as respostas às orientações que no dia a dia se vão sentido e às próprias reconfigurações de perfis de públicos que vão chegando até às diferentes respostas sociais;</p>	<p>Preocupação com a tónica do progressivo domínio da lógica de concorrência em relação ao trabalho em rede;</p>
<p>Relevância do trabalho em rede que tem sido levado a cabo entre todos os elementos que se encontram agregados à rede solidária tem contribuído para a (re)definição dos papéis de cada um;</p> <p>Clima de trabalho propício à troca de experiências e propostas (sempre que necessário, em grupos de trabalho e plenários) numa lógica de enriquecimento, de abertura de mentalidades e de confronto de perspetivas, com vista ao equacionamento de soluções para cada área de intervenção;</p> <p>Presença de relações de interconhecimento privilegiado com parceiros mais recorrentes e envolvidos na minoração das dificuldades encontradas em cada caso prioritário – a dinâmica de informalidade gerada permite agilizar respostas;</p>	<p>Receio com a possibilidade de existir uma programação (a prazo) da gestão social do concelho mais deficitária</p>
<p>Voluntariado visto como complemento importante à dinâmica organizacional das instituições envolvidas;</p> <p>Aproveitamento das competências dos elementos voluntários ao longo do tempo, ajustando-as aos próprios interesses e desejos dos grupos-alvo – contributo, nalguns dos casos, para a ampliação ou sustentação de certas atividades;</p>	<p>Cenário de fraca motivação para voluntariado que se consubstancia na débil noção de compromisso;</p> <p>Dificuldades reconhecidas no voluntariado presente na administração das instituições e dos corpos sociais (mobilização para uma filiação mais ajustada às necessidades encontradas);</p>

III. Glossário

Acolhimento de pessoas refugiadas: Resposta Social que visa o acolhimento e a integração de refugiados, através de alojamento de cidadãos requerentes de proteção internacional de várias nacionalidades, apoiando-se os seus processos de integração.

Ajuda Alimentar: Resposta social que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou de entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias desfavorecidas.

CACI: Resposta social destinada a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.

Centro comunitário: Resposta social para pessoas e famílias de uma determinada área geográfica, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

Centro de acolhimento temporário: Apoio social que asseguram resposta a situações que impliquem o afastamento ou retirada da criança ou do jovem da situação de perigo, incluindo unidade residencial, tendo em conta as situações, problemáticas e características específicas das crianças e dos jovens a acolher.

Centro de atendimento / Acompanhamento psicossocial: Resposta social dirigida a pessoas infetadas com o VIH/SIDA e suas famílias, orientada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

Centro de Atividades de Tempos Livres: Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção ajustados às suas necessidades.

Centro de dia: Resposta social que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção no seu meio social e familiar, das pessoas com 65 e mais anos, com vista à prestação de cuidados e à promoção de estratégias de desenvolvimento da autoestima, da autonomia, da funcionalidade e da independência pessoal e social do utilizador.

Creche: Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

Equipa de intervenção direta: Serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicod dependente, suas famílias e comunidades afetadas pela toxicod dependência.

Estabelecimento de Educação Pré-escolar: Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

Estrutura Residencial para Idosos: Estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem a esta franja da população.

Formação Profissional: Resposta Social vocacionada para a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade.

Lar Residencial: Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

Protocolo RSI: Medida de proteção social protocolada e criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social, sendo constituída por um contrato de inserção que visa a integração social e profissional e uma prestação em dinheiro para satisfação das necessidades básicas das famílias.

Serviço de Apoio Domiciliário: Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

Serviço de atendimento e acompanhamento social: Tipo de apoio que pretende responder de forma célere e eficaz às situações apresentadas e traduz-se num conjunto de ações complementares ao atendimento, destinando-se ao apoio necessário à prevenção e à resolução dos problemas sociais apresentados.

Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção: Resposta social concebida para períodos de internamento superior a 90 dias, destinando-se as pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e que não reúnam condições para ser cuidadas no domicílio ou serem internadas no hospital de referência.

Unidade sócio-ocupacional: Resposta social destinada a população adulta com moderado e reduzido grau de incapacidade psicossocial, clinicamente estabilizados e que apresentem disfuncionalidades na área relacional, ocupacional e de integração social.

IV. Referências Bibliográficas

- Berger, L. & Mailloux-Poirier, D. (1995). *Pessoas idosas: Uma abordagem global. Processo de enfermagem por necessidades*. Lisboa: Lusodidacta.
- Bruto da Costa, A. (Coord.) et al. (2008). *Um olhar sobre a pobreza: Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Cordeiro, A. M. Rochette & Santos, L. (2013). Carta Social Municipal: uma estratégia de intervenção integrada. *Cadernos de Geografia*, 32, 357-372.
- Esping-Andersen, G. (1999). *Les trois mondes de l'État-Providence : Essai sur le capitalisme moderne*. Paris: PUF.
- Esteves, A. J. (1995). *Jovens e Idosos: Família, escola e trabalho*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ferrão, J. (1996). *A Demografia Portuguesa*. Lisboa: Cadernos do Público, ICS-UL.
- Fontes, F. (2016). *Pessoas com deficiência em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos (Ensaio da Fundação; 65).
- Gonçalves, J. (Coord.) & Nicola, R. (2007). *Creche, centro de actividades ocupacionais e lar de idosos. A percepção dos utentes: um inquérito à qualidade, adequação e satisfação. Carta social 2005l*. Lisboa: Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, 2007.
- Idáñez & Ander-Egg (2007). *Diagnóstico Social: Conceitos e Metodologias*. Porto: REAPN.
- IDT (2003). *A situação do país em matéria de drogas e toxicoddependência. Relatório anual 2002*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicoddependência.
- Perista, H. (2016). *Violência Doméstica: Necessidades específicas e proteção. Relatório nacional – Portugal*. Lisboa: CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social.
- Ré, O. (Coord.) et al. (2000). *Carta Social: Rede de serviços e equipamentos*. Lisboa: Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento.
- Rodrigues, F. (Coord) et al. (2008). *Plano Nacional de Ação para a Inclusão*.
- Samagaio, F. (2017). *Pobreza e exclusões: Mundos plurais, olhares singulares*. Faro: Sílabas & Desafios.
- Vasconcelos, P. (2002). Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe. *Análise Social*, 163(37), 507-544.

Documentação consultada:

- Câmara Municipal de São João da Madeira (2011). *Carta Social do Município de São João da Madeira*.
- Câmara Municipal de São João da Madeira (2011). *Diagnóstico Social, no âmbito da Rede Social de São João da Madeira*.

Câmara Municipal de São João da Madeira (2021). *Carta Educativa do Município de São João da Madeira*.

Câmara Municipal de São João da Madeira (2021). *Diagnóstico Social, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social do Município de São João da Madeira*. (no prelo).

Câmara Municipal de São João da Madeira (2022). *Diagnóstico Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação do Município de São João da Madeira*. (no prelo).

Portugal (2008-2010). *Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social*.

Outra Informação:

AMU – Portugal «Ações para um Mundo Unido» (amu.org.pt)

Associação Recreativa e Cultural «É Bom Viver» (associacaoebomviver2001)

Associação de Apoio à Educação (aeducacaocei.pt)

Associação de Professores Terras de Santa Maria (assp.pt/pt/delegacoes/aveiro)

Associação do Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses (acais.org)

ATL «Gente Miúda» (atlgentemiuda.wordpress.com)

Câmara Municipal de São João da Madeira (cm-sjm.pt)

Carta Social (cartasocial.pt)

Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades, CRL – SJM (cerci-sjm.pt)

Creche Albino Fontes Dias Garcia (creche-adfg.pt)

Cruz Vermelha Portuguesa (www.cruzvermelha.pt)

IEFP ([Home - IEF, I.P.](http://Home-IEFP.I.P.))

INE (Portal do INE)

Instituto da Segurança Social (seg-social.pt)

Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira (misericordiasjm.org)

Universidade Sénior (universidadeseniorsjoao)

V. Anexos

Listagem de Organizações do Território de S. João da Madeira

ACAM - Instituto de Línguas de São João da Madeira

Associação «Ações para um Mundo Unido»

Associação de Apoio à Educação

Associação do Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses

Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal

Associação Cultural e Recreativa "É Bom Viver"

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São João da Madeira

Associação de Jovens Ecos Urbanos

Associação de Professores Terras de Santa Maria

Associação Pró-saúde Mental de Entre Douro e Vouga - MenteMovimento

ATL Gente Miúda

Câmara Municipal de São João da Madeira

Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, E.P.E.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São João da Madeira

Conferência São Vicente de Paulo e São José

Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de S. João da Madeira

Creche de Albino Dias Fontes Garcia

Cruz Vermelha Portuguesa

Fábrica da Igreja Paroquial de São João da Madeira

Freguesia de São João da Madeira

Habitar São João, E.E.M.

Lions Clube Internacional

A Mutualidade de Santa Maria - Associação Mutualista

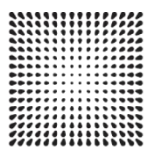
Obra Missionária de Ação Social

Polícia de Segurança Pública

Rotary Club de São João da Madeira

Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira

Unidade de Cuidados na Comunidade São João da Madeira



S. João da Madeira
Câmara Municipal



+ (351) 256 200 200



geral@cm-sjm.pt

www.cm-sjm.pt



Avenida da Liberdade

3701-502 S. João da Madeira

MAGNA.
CONSULTORES



+ (351) 22 093 0071

+ (351) 91 491 6721



info@magna.com.pt

www.magna.com.pt



Praça General Humberto Delgado 267, 2.06

4000-288 Porto